

Veículo: Rádio Band News FM	
Data: 16/02/2020	Programa: --
Assunto: <u>Resultado Nota Premiada Bahia.</u>	

Sinopse: Será divulgada na próxima quinta-feira o resultado de um novo sorteio da campanha Nota Premiada Bahia. Os bilhetes já estão disponíveis no site.

Emissora: BAND NEWS

Programa: BAND NEWS

Apresentador(a): OUTROS

Impacto: POSITIVO

Data: 16/02/2020

Hora: 11:18:46

Duração: 00:00:46

Veículo: Rádio Band News FM	
Data: 16/02/2020	Programa: --
Assunto: <u>Resultado Nota Premiada Bahia.</u>	

Sinopse: Será divulgado na próxima quinta-feira o resultado de um novo sorteio da campanha **Nota Premiada Bahia.**

Emissora: BAND NEWS

Programa: BAND NEWS

Apresentador(a): OUTROS

Impacto: POSITIVO

Data: 16/02/2020

Hora: 07:14:00

Duração: 00:00:58

Veículo: Bahia Já	
Data: 17/02/2020	Coluna: Economia



Arrecadação da compensação previdenciária do Estado bate recorde

O Estado da Bahia bateu novo recorde de arrecadação com a compensação previdenciária, em 2019, pelo quarto ano consecutivo, recebendo R\$ 342,9 milhões em créditos do Instituto Nacional de Seguridade Nacional (INSS). O resultado confirma a tendência de aumento da arrecadação nos últimos 10 anos, com destaque para o crescimento nos quatro últimos exercícios (2016-2017-2018-2019), que apresentaram um incremento expressivo de 72%.

Em 2018, a arrecadação com a compensação previdenciária já havia apresentado um crescimento exponencial, saltando de R\$ 268,3 milhões para R\$ 320,8 milhões. Este ano, a compensação registrou outro aumento, mesmo sobre o resultado já elevado do ano anterior.

A compensação previdenciária é uma contrapartida financeira paga pelo INSS aos Regimes Próprios de Previdência Social nos casos em que servidores aposentados nesses regimes próprios, pelos estados ou pelos municípios, utilizaram tempo de contribuição vinculado ao regime geral de Previdência Social. Nessas situações, o Instituto Nacional do Seguro Social faz o pagamento de valores correspondentes ao tempo em que os servidores contribuíram para o INSS.

Na Bahia, os R\$ 342,9 milhões pagos pelo INSS ajudam a diminuir o déficit da previdência estadual, apurado em R\$ 4,3 bilhões, em 2019. Os créditos da compensação previdenciária são usados para aliviar o saldo negativo do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – (Funprev). Com os créditos direcionados para o Funprev, o governo reduz a necessidade de transferência de recurso do tesouro estadual para cobrir o Fundo.

O aumento dos créditos compensáveis do Estado foi resultado do trabalho desenvolvido pela Superintendência de Previdência (Suprev), através da Coordenação de Compensação de Créditos e Valores (CCCV), pertencente à Secretaria da Administração do Estado (Saeb). “A CCCV vem alcançando esses resultados porque aprimorou suas rotinas, melhorou a instrução dos processos previdenciários e firmou parcerias com outros órgãos públicos”, explicou o secretário da Administração, Edelvino Góes.

Parceria - Uma parceria firmada entre a Saeb e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) colaborou de forma decisiva para a agilidade do trabalho. A participação do TCE possibilitou a digitalização dos processos físicos, transformando os arquivos de papel em digitais, o que concedeu mais agilidade à tramitação processual. O Tribunal também disponibilizou acesso ao Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (ProInfo) para os servidores da Suprev, o que possibilitou a consulta aos processos previdenciários.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), conselheiro Gildásio Penedo Filho, destacou a importância desse trabalho desenvolvido em parceria com a Saeb: “Todo o trabalho realizado pelo Tribunal resulta, de algum modo, em ganhos para a sociedade baiana, mas a participação neste processo da compensação previdenciária é expressiva porque dá uma dimensão prática do retorno das ações do TCE/BA, ao proporcionar a geração de uma receita adicional para a administração de R\$ 342,9 milhões em 2019.

Outro aspecto importante foi uma melhoria na interlocução com a Agência Executiva do INSS na Bahia, que faz a análise dos processos de compensação previdenciária. O aprimoramento da relação entre os órgãos possibilita maior efetividade na instrução e análise desses processos. Além disso, o INSS implantou um novo módulo de digitalização de documentos no Sistema de Compensação Previdenciária (Comprev), o que facilita a anexação de documentos para a instrução dos processos de compensação.

Para a obtenção dos documentos necessários à essa instrução, a Suprev também contou com apoio das coordenadorias de Recursos Humanos dos órgãos estaduais, que realizam buscas nos prontuários físicos dos servidores para a disponibilização das informações funcionais. Essas medidas foram importantes para a geração desses números positivos, que constituem um recorde histórico de créditos compensáveis recebidos pelo Estado da Bahia.

Veículo: Site Secom	
Data: 14/02/2020	Caderno: Fazenda

Administração

Arrecadação da compensação previdenciária do Estado bate recorde pelo quarto ano consecutivo

O Estado da Bahia bateu novo recorde de arrecadação com a compensação previdenciária, em 2019, pelo quarto ano consecutivo, recebendo R\$ 342,9 milhões em créditos do Instituto Nacional de Seguridade Nacional (INSS). O resultado confirma a tendência de aumento da arrecadação nos últimos 10 anos, com destaque para o crescimento nos quatro últimos exercícios (2016-2017-2018-2019), que apresentaram um incremento expressivo de 72%.

Em 2018, a arrecadação com a compensação previdenciária já havia apresentado um crescimento exponencial, saltando de R\$ 268,3 milhões para R\$ 320,8 milhões. Este ano, a compensação registrou outro aumento, mesmo sobre o resultado já elevado do ano anterior.

A compensação previdenciária é uma contrapartida financeira paga pelo INSS aos Regimes Próprios de Previdência Social nos casos em que servidores aposentados nesses regimes próprios, pelos estados ou pelos municípios, utilizaram tempo de contribuição vinculado ao regime geral de Previdência Social. Nessas situações, o INSS faz o pagamento de valores correspondentes ao tempo em que os servidores contribuíram para o instituto.

Na Bahia, os R\$ 342,9 milhões pagos pelo INSS ajudam a diminuir o déficit da previdência estadual, apurado em R\$ 4,3 bilhões, em 2019. Os créditos da compensação previdenciária são usados para aliviar o saldo negativo do Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Funprev). Com os créditos direcionados para o Funprev, o governo reduz a necessidade de transferência de recurso do tesouro estadual para cobrir o Fundo.

O aumento dos créditos compensáveis do Estado foi resultado do trabalho desenvolvido pela Superintendência de Previdência (Suprev), por meio da Coordenação de Compensação de Créditos e Valores (CCCV), pertencente à Secretaria da Administração do Estado (Saeb). "A CCCV vem alcançando esses resultados porque aprimorou suas rotinas, melhorou a instrução dos processos previdenciários e firmou parcerias com outros órgãos públicos", explicou o secretário da Administração, Edelvino Góes.

Fonte: Ascom/Saeb

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 14/02/2020	Caderno: Economia



ROSEMBERG ATRIBUI CRESCIMENTO DO TURISMO A INVESTIMENTOS DO ESTADO



14 Fevereiro, 2020

O volume das atividades turísticas na Bahia cresceu 1,3% em 2019, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados nesta quinta-feira (14). Na chamada receita nominal, de acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a Bahia apontou a quarta maior variação do país, com taxa de 6,9% no mesmo período. Os números foram comemorados pelo líder do governo Rui Costa na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), deputado Rosemberg Pinto (PT), que atribui o crescimento aos investimentos feitos pelo governo do Estado em obras estruturantes que impactam diretamente no setor, tanto em Salvador, quanto no interior baiano.

“A recuperação da Rua Chile, no Centro Histórico da capital; a requalificação no entorno do Santuário de Irmã Dulce; a requalificação da orla, em Jardim de Alah; o investimento em mobilidade, a exemplo do metrô que liga o aeroporto ao centro da cidade; a ampliação de aeroportos como o da capital e o de Vitória da Conquista; além de diversas obras pelo interior como a ponte de Ilhéus, que será inaugurada neste semestre, e ainda o lançamento do projeto da Ponte Salvador e Itaparica”, comemorou o líder governista, ao lembrar que a gestão estadual também lançou um pacote de incentivos de redução do ICMS do querosene da aviação, o que já resultou em mais 252 novas frequências de voos no estado.

Ainda segundo o interlocutor da gestão Rui Costa no Parlamento baiano, que parabenizou os trabalhos desenvolvidos pelos secretários estaduais de Turismo, José Alves e Fausto Franco, tudo isso foi possível por conta do crescimento do volume de investimentos públicos nesses últimos três anos, conforme dados do Fiplan, o sistema de planejamento e execução orçamentária do Estado.

“Em 2018, foram R\$ 157 milhões investidos. Em 2019, saltamos para R\$ 186 milhões. Para 2020, já tivemos um acréscimo de 20,92% do que estava previsto para todo o ano, saindo dos R\$ 124 milhões iniciais para R\$ 150 milhões, com perspectiva de aumento se considerarmos os investimentos do Prodetur Nacional Bahia, que já conta com três contratos assinados, num total de R\$ 74 milhões”, afirmou Rosemberg.

O turismo possui participação de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado.

IBGE Em Salvador, a taxa de desocupação se manteve estável (16,0%) e registrou queda na região metropolitana (17,6%)

Bahia tem 2ª maior taxa de desemprego

DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-Contínua (Pnad-C), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que, em 2019, a taxa média de desemprego fechou 2019 em queda em 16 estados, mas os maiores percentuais foram observados no Amapá (17,4%) e na Bahia (17,2%). Em Salvador a taxa de desocupação se manteve estável (16,0%) e caiu na RMS (17,6%).

A menor taxa média anual de desemprego ficou com Santa Catarina: 6,1%. Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso aparecem em seguida, todos com 8%.

Segundo a pesquisadora do IBGE Adriana Beringuy, o aumento do emprego no país é puxado pelo crescimento da informalidade. "Em vários estados a gente observa que a taxa de informalidade é superior ao crescimento da população ocupada. No Brasil, do acréscimo de 1,819 milhão de pessoas ocupadas, um milhão é de pessoas na condição de trabalhador informal", diz.

A população ocupada cresceu em 23 unidades da federação. Apesar da queda da taxa de desemprego e da ocupação, 20 estados tiveram taxa recorde de informalidade, isto é, os empregados sem carteira, os trabalhadores por conta própria sem CNPJ (cadastro nacional de pessoas jurídicas) e os familiares auxiliares. A



Camila Domingues / Palácio Piratini

Apesar da queda da taxa de desemprego, 20 estados tiveram taxa recorde de empregados sem carteira assinada

17,2%

foi a taxa média de desemprego em 2019 na Bahia, enquanto que em 16 estados se observou queda nos índices, embora, segundo a pesquisadora do IBGE Adriana Beringuy, o aumento do emprego tenha sido puxado pela alta da informalidade

maior taxa foi anotada no Pará (62,4%), bem acima da média brasileira (41,1%). Hoje há no país 12,6 milhões de desempregados.

Na Bahia

Segundo a Pnad-C, a taxa de desocupação na Bahia foi a maior desde 2012 e a segunda mais elevada do país, onde o indicador fechou 2019 em 11,9%. Salvador fechou o ano com taxa de desocupação de 16,0%, praticamente repetin-

do a de 2018 (16,1%), e sobe mais ainda no ranking de desocupação entre as capitais (do 7º para o 3º lugar, empatada com São Luís/MA).

Em contrapartida, a RM Salvador mostrou queda na taxa de desocupação, de 18,8% em 2018 para 17,6% em 2019. Ainda assim, manteve-se com a 2ª maior desocupação entre as regiões metropolitanas pesquisadas na Pnad - Contínua, do IBGE

Em 2019, o número de

pessoas desocupadas (procurando trabalho) na Bahia cresceu e chegou a maior patamar desde 2012 (1,202 milhão). O número de trabalhadores com carteira assinada parou de cair e teve leve aumento no estado, em 2019 (+0,2% ou mais três mil pessoas), mas informalidade é a maior desde 2016, atingindo 54,7%, ou cerca de 3,2 milhões de pessoas.

No ano passado, na Bahia, o número de trabalhadores

cresceu mais na administração pública (+54 mil) e tem maior queda no comércio (-22 mil). Comparando 2018 e 2019, o rendimento médio dos trabalhadores caiu no estado (-2,8%), na capital (-4,5%) e na região metropolitana (-5,2%).

A leve variação para cima na taxa de desocupação da Bahia em 2019 foi resultado, sobretudo, de um aumento da procura por trabalho mais expressivo que o aumento do número de pessoas trabalhando.

Em 2019 o número de pessoas procurando trabalho (desocupadas) cresceu 2,3%, chegando a 1,202 milhão de pessoas, ante 1,176 milhão em 2018. Isso representou mais cerca de 26 mil pessoas na fila da desocupação em um ano.

No ano passado, o número de desocupados no estado voltou a crescer, após ter apresentado leve recuo na passagem de 2017 para 2018, e chegou ao seu maior patamar na série histórica da Pnad - Contínua (iniciada em 2012). Também está 66,9% maior que o total de desocupados em 2014, antes da crise, quando havia 720 mil pessoas procurando trabalho na Bahia. Também houve em 2019 um aumento do número de pessoas trabalhando (população ocupada), que não foi, porém, suficiente para fazer a taxa de desocupação recuar.

O contingente de trabalhadores chegou a 5,785 milhões de pessoas no ano passado, na Bahia, 0,8% superior a 2018.

Tribuna

Empresas espanholas de olho no turismo baiano

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

“Os estudos realizados pelas empresas espanholas OHL Desarrollo (OHL) e Fira de Barcelona Internacional já foram liberados. Agora, estamos aguardando, no prazo máximo de seis meses, a entrega do projeto como um todo. Uma das empresas é construtora (OHL). A outra é uma operadora de eventos. Ambas têm expertise e juntas podem sim, construir o novo Centro de Convenções do Estado, no prédio-sede do ex-Instituto do Cacau da Bahia”.

As declarações, por telefone, são do secretário estadual de Turismo, Fausto Franco, confirmando a notícia de que as duas empresas europeias “apresentaram interesse para elaborar estudos para viabilidade técnica, econômica e ambiental do Instituto do Cacau, a fim de implantar, no local, o novo Centro de Convenções da Bahia”. A implantação deve ser viabilizada por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP) e o resultado da Manifestação de Interesse Privado (MIP) foi publicada, na última quinta-feira 13, no Diário Oficial do Estado (DOE).

A primeira informação sobre a realização desse estudo foi anunciada pelo próprio secretário estadual de Turismo, Fausto Franco, em janeiro passado, durante a Lavagem do Bonfim. Nesta sexta-feira 14, ele nos disse que a intenção do governador Rui Costa é de valorizar - cada vez mais - o Centro Antigo de Salvador. E, para a Cidade Baixa, em especial, serão realizados diversos investimentos. “O

prédio histórico é, apenas um dos projetos em andamento. Pretendemos desapropriar imóveis ao redor do Instituto do Cacau da Bahia (ICB) e implantar centros comerciais, restaurantes, lojas e inaugurar o novo Centro de Convenções do Estado”, reforçou.

NEGATIVO

Sobre uma proposta que está sendo lançada, na mídia, pelo atual presidente do Instituto Metropolitano de Desenvolvimento Social e empresário, Mauro Cardim - candidato à prefeitura municipal de Lauro de Freitas - Fausto Franco foi bastante enfático: “Não há nenhum interesse de nossa parte nesta ideia. Estamos, sim, com foco total no Centro Antigo da cidade de Salvador”.

O proponente da ideia considera a melhor opção para implantação do novo equipamento, a cidade vizinha, “pois é o portão de entrada da Estrada do Coco e na medida em que Salvador já tem um Centro de Convenções, na Boca do Rio, é melhor para a economia da Região Metropolitana, a instalação do equipamento aqui”.

Mauro Cardim explica: “Trata-se de uma cidade, ao lado do Aeroporto; um paradisíaco balneário ao lado da capital; lugar acessível; e que oferece todos os serviços para receber turistas e congressistas. Além disso, temos área ideal para a sua instalação, no entorno da Via Metropolitana”.

Ocorre que o Governo do Estado não cogita em nenhuma hipótese qualquer mudança de planos. E “bate pé firme” para construir seu equipamento novo no Antigo Centro de Salvador. “O nosso governador Rui Costa tem o olhar dirigido para a integração do novo equipamento de turismo com a Baía de Todos-os-Santos e o Veícu-



PRÉDIO

Antigo Instituto do Cacau vai ser sede do novo centro de convenções do governo

lo Leve Sobre Trilho (VLT), que será construído ainda nessa gestão”, antecipou Fausto Franco. Ele disse, ainda, que “todos os aspectos econômicos e financeiros do novo projeto serão avaliados pelas empresas, com lastro em um diagnóstico mais detalhado”.

PERTENCIMENTO

O prédio do Instituto do Cacau da Bahia, denominado ICB, pertence, de fato e de direito, à Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) e, por duas vezes, foi atingido por incêndios. O primeiro no mês de novembro de 2011, quando uma sala foi atingida e ninguém ficou ferido na ocasião. Oito meses depois, em julho de 2012, ocorreu outro incêndio no terceiro andar do imóvel e também não houve registro de feridos. Mas um homem teve que ser resgatado, da cobertura do prédio, por um helicóptero da Poli-

cia Militar. Um dia após o fogo, uma parte da parede desabou, por conta da estrutura comprometida por rachaduras.

Pela sua importância cultural o prédio localizado na Avenida da França, S/N, no bairro do Comércio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA). O processo de Tombamento é de Nº 012/2002, e a resolução de Tombamento Nº 8.357/02, de 05/11/2002. No Livro do Tombo dos Bens Imóveis, o registro está com Inscrição nº 62. A história registra, ainda, que coube ao Dr. Ignácio Tosta Filho, secretário de Agricultura, da época, também defensor de medidas de amparo à produção e comercialização do cacau baiano, a concepção e criação do ICB, em 08 de junho de 1931.

Com sua arquitetura moderna e linhas avançadas, o prédio foi inaugurado

em 1936. O projeto é do arquiteto alemão Alexander Buddeus, assinado em 1932 e, dentro dele, há um valioso patrimônio que resiste às ações do tempo. São quadros, móveis coloniais, documentos, louças, urnas indígenas e outros objetos, que contam a história da cultura cacaueira baiana. Há algum tempo esse espaço - na parte térrea do prédio - está fechado para visitação pública.

No local, onde o ICB foi construído, a área era apenas um aterro. Só tinha praticamente areia. Em entrevista à imprensa, o arquiteto Paulo Ormino disse: “Ele foi um dos primeiros edifícios, na expansão que o Porto de Salvador sofreu, no começo do século passado. Dos anos 30, ele é o único imóvel público de Salvador, de arquitetura Bauhaus, e um dos primeiros estilos de arquitetura moderna no século XX”.

Fotos: Romildo de Jesus

Antigo no Stiep será demolido

Já o Centro de Convenções da Bahia (CCB) que funcionava no bairro do Stiep, teve o início do seu fim, na noite de 23 de setembro de 2016, quando partes localizadas fora de onde estavam sendo concluídas as obras de reforma, desabou, e feriu levemente três pessoas que trabalhavam no local, incluindo dois policiais militares. Nesta reforma, o Governo da Bahia tinha investido cerca de R\$15 milhões para recuperação de estruturas de concretos que apresentavam problemas; revisão hidráulica e elétrica; pintura; revisão de forro e substituição de carpete. Também haviam sido recuperadas as torres das saídas de emergência; as portas ‘corta-fogo’; além de intervenções no Teatro Iemanjá.

Dias depois do desabamento, em 27 de setembro, o Governo da Bahia decidiu pela demolição do empreendimento. Para o desmonte parcial, foi feita uma chamada pública. E no dia 21 de outubro de 2016, o serviço de demolição foi orçado em R\$1,89 milhão com prazo de 120 dias de duração, contado a partir da ordem de serviço. A desmontagem começou no dia 12 de dezembro de 2017. O desabamento foi causado por excesso de oxidação da estrutura e por falta de manutenção. O pior de tudo, é que para garantir a manutenção do equipamento, entre os anos de 2002 e 2016, o Governo da Bahia já tinha investido um total de R\$ 29,2 milhões, em intervenções físicas.

Também, na época do desabamento, o governo da Bahia cogitou a construção de um equipamento similar em diversos locais.

FOLHA DE S.PAULO

Desemprego não cai em 18 estados e no DF

Trabalho informal cresce ao mesmo tempo que taxa de desocupação muda pouco; 726 mil se formalizam no 4º trimestre

Fernanda Brigatti
e Diego Garcia

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO A taxa de desemprego ficou estável no último trimestre em 18 estados e no Distrito Federal, ao mesmo tempo que avançou a informalidade no país.

No fim de 2019, 11% dos trabalhadores no Brasil estavam desocupados, uma queda de 0,65% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Isso representou, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) divulgada na sexta-feira (14) pelo IBGE, em 520 mil desocupados a menos ante 2018.

O conjunto de estados sem melhora no emprego no último trimestre corresponde à metade da população brasileira. Segundo o IBGE, apesar de

alguns registrarem uma oscilação para cima ou para baixo, dentro do coeficiente de variação (um tipo de margem de erro estatístico) não é possível dizer que houve melhora ou piora na maioria.

Dos 18, em 15 a taxa de desocupação está acima da média nacional. A situação melhorou no último trimestre, na comparação com o mesmo período em 2018, em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco, Maranhão, Alagoas e Amapá. Em Goiás, o desemprego subiu 2,20%.

A estabilidade no desemprego pode ser explicada, segundo o professor da USP e economista da Fipecafi, a alta informalidade era resultado esperado, pois vinha aparecendo nos trimestres anteriores, e sinaliza fraqueza na recuperação da economia no país. Ele considera que, apesar da melhora no índice geral, demonstra que a geração de vagas segue instável.

O número de desalentados,

conta própria sem CNPJ cresce ao mesmo tempo que a taxa de desocupação muda pouco. Zylberstajn afirma que a elevação de 2% no emprego com carteira assinada no último trimestre deve ser vista de maneira positiva. Na comparação com o mesmo período de 2018, 726 mil trabalhadores no país conseguiram a formalização.

Para o economista Samuel Oliveira Durso, professor da Fipecafi, a alta informalidade era resultado esperado, pois vinha aparecendo nos trimestres anteriores, e sinaliza fraqueza na recuperação da economia no país. Ele considera que, apesar da melhora no índice geral, demonstra que a geração de vagas segue instável.

O número de desalentados,

que são aqueles que gostariam de estar trabalhando, mas não buscaram por achar que não conseguiriam, segue estável. Eram 4,6 milhões nessas condições no 4º trimestre do ano passado.

Em 2019, 41,1% dos trabalhadores eram informais, diz IBGE

Em 2019, a queda do desemprego foi puxada pelo aumento da informalidade, que atingiu 41,1%, na média, maior nível desde 2016, e bateu recorde em 19 estados e no Distrito Federal.

O trabalho informal era a principal ocupação de mais de 40% da população em 21

estados. Somente em Santa Catarina e no Distrito Federal a taxa ficou abaixo de 30%.

No DF, a informalidade também foi recorde, apesar de a taxa ser menor que a média do país. "Em praticamente todo o país, quem tem sustentado o crescimento da ocupação é a informalidade", disse a analista da Pnad Adriana Beringuy.

Em vários estados, diz ela, a informalidade é superior ao crescimento da população ocupada. "No Brasil, do acréscimo de 1,819 milhão de pessoas ocupadas, 1 milhão é de pessoas na condição de trabalhador informal", afirma.

O trabalho sem carteira e sem CNPJ atingiu o equivalente a 38,4 milhões de pessoas em 2019, apesar da estabilidade ante 2018.

No ano passado, o desemprego caiu em 16 estados. No país, a taxa média recuou de 12,3% em 2018 para 11,9%. A população ocupada aumentou 2%, totalizando 93,4 milhões de trabalhadores em 2019.

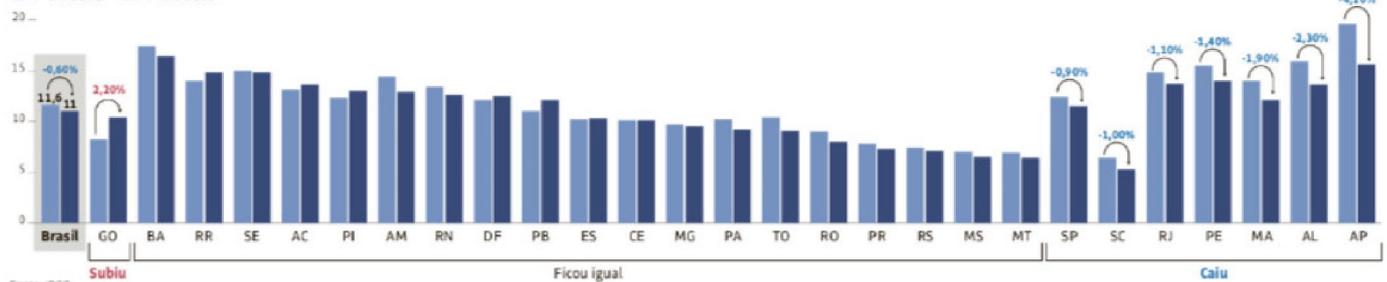
Apesar do recuo na taxa de desemprego, a população sem trabalho quase dobrou na comparação com o melhor resultado da série, em 2014. Naquele ano, 6,8 milhões estavam desocupados. Em cinco anos, o aumento é de 87,7%.

Na média, 12,6 milhões ficaram desocupados em 2019, um recuo de 1,7%, ou 215 mil pessoas a menos, em relação a 2018. Segundo os números divulgados na sexta pelo IBGE, 2,9 milhões de pessoas procuravam trabalho há dois anos ou mais no ano passado. Em 2018, eram 3,1 milhões.

Taxa de desocupação no Brasil

Segundo o IBGE

■ 4º tri. 2018 ■ 4º tri. 2019



Fonte: IBGE

FOLHA DE S.PAULO

Estado com boa situação fiscal pode ter via rápida para obter empréstimos

Entes dizem que fizeram dever e deveriam ter recompensa; negociação visa destravar Plano Mansueto, que ajuda os que estão em situação pior

Fábio Pupo
e Thiago Resende

BRASÍLIA O governo negocia premiar estados em boa situação fiscal e criar uma via rápida para a concessão de empréstimos para fazer avançar o Plano Mansueto. O projeto de lei tem como objetivo socorrer entes com contas em nível mais crítico.

Considerada uma das prioridades da agenda econômica neste semestre pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a proposta já foi enviada ao Congresso. O texto está em discussão entre integrantes da pasta e congressistas.

As negociações para premiar estados com condições melhores são feitas após um pedido de entes em situação menos crítica.

Desde o ano passado, diante do movimento de socorro a entes com números ruins, eles argumentam que fizeram o dever de casa e deveriam ser recompensados de alguma forma.

Uma das ideias em discussão é criar uma via rápida ("fast track") para aprovar empréstimos com aval do Tesouro a estados com nota A ou B.

Seriam reduzidas as quantidades de exigências burocráticas para facilitar as operações de crédito, como apresentação de documentos.

Também está em negociação elevar o limite de concessão de empréstimos sem aval desses entes. Isso pode ser feito por meio de uma portaria do Tesouro — sem necessidade de inserção em lei.

Os estados com notas A e B são os mais bem colocados no sistema de classificação do Tesouro, que avalia cada um levando em conta três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez.

O Espírito Santo é o único com nota A.

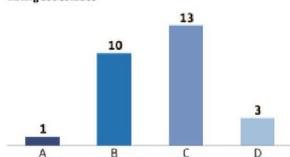
Já a lista daqueles com nota B tem dez integrantes: Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rondônia e São Paulo.

Na avaliação da equipe econômica, as medidas devem fazer o Plano Mansueto avançar.

No Congresso, as negociações são encabeçadas pelo deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), relator do projeto. De acordo com ele, as novas medidas para o plano já estão praticamente prontas.

Apenas um estado tem nota máxima

Rating dos estados



Nota A Espírito Santo

Nota B Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rondônia e São Paulo

Nota C Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins

Nota D Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul

Critérios para o rating

- Endividamento
- Poupança corrente
- Índice de liquidez

Fonte: Tesouro Nacional



O QUE É

O PLANO

MANSUETO

Programa que

vai permitir

que estados

em dificuldade

possam tomar

dinheiro

empréstado

com aval da

União; a adesão

pressupõe

contrapartidas,

como privatizar

empresas

dos setores

financeiro, de

energia, de

saneamento,

ou de gás

Faltam ser esclarecidas as novas regras para outra frente de ajuda aos estados, o RRF (Regime de Recuperação Fiscal). Até hoje, apenas o Rio de Janeiro assinou o acordo.

Está sendo discutido o prolongamento do prazo para que o Rio de Janeiro possa voltar a pagar as dívidas suspensas pelo acordo, inicialmente, até setembro de 2020.

Caso se repactuem as regras, o estado poderia voltar a fazer pagamentos após cerca de um ano. Mas isso depende de o estado endurecer o ritmo do esforço fiscal. Caso contrário, o prazo seria acelerado.

"Não cumpriu as metas, acelera o pagamento das parcelas. Cumpriu, pisa no freio e vai devagarinho", diz o deputado.

A ideia é que o relatório seja votado direto no plenário da Câmara, sem precisar passar por comissão especial. Isso é possível com a aprovação de um requerimento de urgência no plenário.

A nova versão do projeto deve ser apresentada até o começo de março.

Apesar das negociações, a tramitação do plano para ajudar estados e municípios es-

tá parada desde que foi apresentada, em junho. O foco do plano original do governo foi o grupo com rating C.

Ao todo, são 13 entes da Federação: Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Quem aderir ao programa poderá ter acesso à financiamento e cumprir ao menos 3 de 8 requisitos.

São exemplos de contrapartidas: privatizar empresas dos setores financeiro, de energia, de saneamento, ou de gás; reduzir em 10% os incentivos ou benefícios tributários no ano seguinte à assinatura do programa de socorro.

O Tesouro reservou R\$ 40 bilhões — dos quais R\$ 10 bilhões por ano — para dar aval a empréstimos estaduais.

A avaliação de governadores, no entanto, é que as exigências são muito duras. Por isso, os mandatários dos estados têm priorizado projetos que representam um dinheiro extra ao caixa e sem contrapartidas, como a divisão de recursos da cessão onerosa.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), determinou, ainda em junho, a criação da comissão que vai analisar o Plano Mansueto.

Dos 34 membros, apenas 14 foram indicados pelos partidos, em um sinal de desinteresse em relação ao projeto, apesar de o plano ter o apoio de Maia.

Outra discussão da qual o deputado participa é a regra de ouro das contas públicas, que impede endividamento para pagar despesas correntes (norma que a União já não consegue cumprir e escapa de punição graças a aval do Congresso).

Ele e os colegas da Câmara aguardam o Senado concluir a tramitação da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, criada pela equipe de Guedes e que altera regras fiscais e orçamentárias, para discutir formalmente o assunto.

Pedro Paulo quer reinsserir na PEC o acionamento das medidas de ajuste previstas em caso de estouro do teto de gastos, além de seu mecanismo de alertas prudenciais de estouro da regra de ouro.

Tribuna

ATIVIDADES

Caminhoneiros ameaçam fazer greve a partir desta segunda

Foto: Romildo de Jesus

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

Os caminhoneiros do Brasil - que já paralisaram o País em maio de 2018 - estão ameaçando realizar uma nova greve geral, desta vez, no início desta semana, que abre, oficialmente, o Carnaval 2020. Um vídeo, que circula nas redes sociais dos caminhoneiros autônomos da Baixada Santista, anuncia que as atividades serão paralisadas a partir de zero (0) hora desta segunda-feira 17.

Por outro lado, o presidente da Associação Nacional dos Transportadores Autônomos do Brasil (ANTB), José Roberto Stringasci, que nos atendeu por telefone, e já declarou apoio total à greve dos petroleiros, e lançou uma campanha para avançar na luta contra a política de preços dos combustíveis, imposta pelo Governo e a direção da empresa Petrobrás, adiantou que haverá sim, uma manifestação, às margens do Rio Tietê, em São Paulo, nesta quarta-feira 19.

Segundo José Roberto, presidente da ANTB, este assunto precisa ser discutido com toda a sociedade, que é afetada em todos os setores por causa dos altos preços dos combustíveis. "E, se nós temos o petróleo e a Petrobrás, não é possível mais aceitarmos essa cobrança inadequada na bomba, tendo como lastro o Preço de Paridade de Importação (PPI)".

No vídeo da ameaça de greve, uma das lideranças destaca: "Tudo irá parar por 24h, nessa segunda-feira 17, em prol da tabela de frete, diesel e demais reajustes na categoria". Os caminhoneiros autônomos (ANTB) contam, ainda, com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logísticas (CNTTL).

PETROLEIROS

A greve dos petroleiros, que, nesta segunda-feira 17, entra no seu 17º dia, já paralisou 116 unidades do sistema Petrobrás em todo o País. Conforme o diretor



APOIO

Categoria vai parar em protesto contra a política de preços dos combustíveis adotada pela Petrobrás

do Sindipetro-Bahia, Radiovaldo Costa, todo apoio é sempre bem-vindo e vai dar um novo fôlego para trazer à mesa de negociações tanto o Governo Federal quanto a direção da empresa. "Parte da nossa pauta tem tudo a ver com petroleiros, caminhoneiros, e a sociedade em geral. Além das nossas reivindicações específicas, queremos ainda mudanças na política de preços estabelecida aos combustíveis".

Em carta aberta no site do Sindipetro, do Rio de Janeiro, a Associação Nacional dos Transportadores Autônomos do Brasil (ANTB) diz, textualmente, que: "A carga tributária sobre os combustíveis, no Brasil, é elevadíssima para um País em desenvolvimento". A Associação informa, também, que, desde 2016, o chamado Preço de Paridade de Importação (PPI) vem sendo praticado nas refinarias brasileiras, ou seja, "tendo como base as cotações internacionais destes produtos, mais os custos que os importadores teriam com transporte e taxas portuárias".

O documento - que já foi enviado ao presidente Jair Bolsonaro -, diz, ainda, que "o preço das refinarias considera uma margem que co-

bre os riscos como volatilidade de câmbio e dos preços. O que é um absurdo. E não há, em nenhum lugar do mundo capitalista, uma política de preços similar a esta". A carta revela, também, que a Petrobrás pratica uma política de autoflagelo, entregando, deliberadamente, seu mercado aos concorrentes. "Fato este, inaceitável e criminoso!"

SUGESTÃO

A ANTB sugere que a Petrobrás deveria utilizar os preços internacionais, na determinação do preço dos combustíveis no mercado interno. "O PPI é uma exceção, cuja utilização tem de ser interrompida imediatamente". Através do telefone, o presidente José Roberto não poupou críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF). "Eles estão de brincadeira com a nossa categoria, Marca e desmarca reuniões ao sabor dos ventos para debater a Tabela do Frete. O ministro Luiz Fux, por exemplo, atendeu mais uma vez ao Governo e adiou para o próximo dia 10 de março, esse julgamento, que seria na próxima quarta-feira dia 19. É triste dizer isso: mas o STF não está se respeitando e continua se esquivando das suas responsabilidades".

ALTO CUSTO

A principal queixa dos caminhoneiros do Brasil se apóia no alto custo para transportar cargas - as mais diversas - nesse país continental e com estradas, que parecem verdadeiras crateras lunares. "Para rodar 2 Km, o caminhão gasta um litro de diesel que, na maioria dos estados da Federação está custando hoje R\$4,20. Queremos a redução imediata do ICMS dos combustíveis com um teto máximo a ser cobrado, no preço final da bomba, no valor de 10%", reclama José Roberto.

Por sua vez, o Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos do Estado da Bahia, através do seu diretor Luciano Oliva fez questão de lembrar que foram eles, que, em 21 de maio de 2018, assumiram a liderança da primeira greve. "Saímos na frente e depois o movimento se incendiou por todo o País. Na época, elaboramos uma pauta que foi prontamente aceita. Mas, por termos feito um acordo, não tivemos direito ao benefício do piso mínimo nacional. Agora, estamos aguardando o próximo dia 10 de março, quando o julgamento da Tabela do Frete pelo STF deverá acontecer".

Luciano Oliva garante

que a Tabela do Frete será julgada inconstitucionalmente. E questiona: "Porquê o grão e outros produtos considerados commodities podem ter piso mínimo e o diesel não? Aproveitando-se da oportunidade criticou o Governo da Bahia dizendo: "O que mais encarece o transporte de carga no Estado é o ICMS de combustíveis. É um absurdo o que é cobrado. Também existe um 'cartel' dos donos de postos de combustíveis, que não nos dá o direito de ser contemplado com os descontos das refinarias. Um posto local (não quis informar o nome) pode vender o diesel comum por R\$3,34; enquanto, os demais, só vendem o produto por R\$3,69. É ou não é preço cartelizado?".

Já a entidade representativa dos petroleiros (Sindipetro) acusa o governo Jair Bolsonaro de vender as refinarias para beneficiar importadoras e outras empresas estrangeiras. E faz uma alerta a nível nacional: "É possível faltar combustíveis a partir desta semana que entra. Por isso, alertamos a população que abasteça seu carro, seu caminhão e compre seu gás de cozinha". Ao mesmo tempo imputa um possível desabastecimento dos combustíveis à intransigência da direção da Petrobrás.

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Mercado
Data: 17/02/2020	Página: A12

FOLHA DE S.PAULO

Indústria resiste a propostas de Bolsonaro para os combustíveis

Presidente passou a falar de preços após ser alertado por equipe de redes sociais sobre queixas em relação à gasolina

[Talita Fernandes](#) [Nicola Pamplona](#)

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO

Alertado por assessores para o fato de que o preço do gás e dos combustíveis afeta sua popularidade, o presidente Jair Bolsonaro [passou a incluir o tema em suas falas públicas](#), entrevistas e postagens nas redes sociais. A avalanche de propostas, porém, causou desconforto no setor, que resiste a algumas delas.

O presidente colocou o tema em seu radar após receber monitoramento informal de sua equipe nas redes sociais, que detectou aumento no número de publicações questionando as [altas de preços, em especial da gasolina](#), que tem se mantido acima dos R\$ 4 por litro na maior parte do país.

O tema passou a ser abordado por políticos da oposição e apoiadores, que circulam memes comparando os preços nos governos Dilma e Bolsonaro. Na última semana, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) publicou em uma rede social uma espécie de pesquisa “informal”: “Quanto está a gasolina na sua cidade?”.

Diante de reações como essa, o presidente foi aconselhado [a intensificar o discurso de que não tem autonomia para influenciar preços](#). Tem falado sobre isso com apoiadores que o esperam diariamente na porta do Palácio da Alvorada e, na sequência, reforça a mensagem aos jornalistas.

Há duas semanas, [disse em entrevista que estava "fazendo papel de otário"](#) ao baixar o preço da gasolina nas refinarias, já que o repasse não chegava aos consumidores, mesmo após quatro cortes de preços promovidos pela Petrobras.

Desde o início do governo, o preço da gasolina nas bombas subiu 5,77%; o diesel teve alta de 9,79%; o etanol avançou 14,84%; e o botijão de gás ficou estável. Considerando a inflação, as variações são de 1,10%, 4,89%, 9,80% e queda de 3,59%, respectivamente.

Os aumentos foram influenciados principalmente por crises internacionais, com a guerra comercial China-EUA, no início de 2019, o ataque a refinaria na Arábia Saudita, em setembro, e [o assassinato do general iraniano Qassim Suleimani](#), no início do ano.

Depois, a cotação do petróleo despencou com temores sobre impactos econômicos do surto de coronavírus.

"Se não chega ao consumidor [a queda dos preços], a gente está dando varada na água. Eu estou mostrando que a responsabilidade do preço do combustível é minha e dos governadores também", reclamou o presidente.

"Eu zero o federal se eles zerarem o ICMS. Está feito o desafio aqui agora. Eu zero o federal hoje, eles zeram o ICMS. Se topar, eu aceito. Tá ok?", disse ele, [detonando uma campanha de cobranças aos governadores em redes sociais](#).

Em reunião na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tentou acalmar os ânimos ao propor que o debate seja levado ao Congresso na discussão da reforma tributária e do pacto federativo.

Mas a estratégia tem gerado desconforto também entre as empresas do setor, que vêm discutindo medidas com a área técnica do governo desde o início do mandato. A percepção é que as declarações de Bolsonaro atrapalham o debate e colocam também distribuidoras e postos de combustíveis na lista dos vilões.

O presidente tem declarado apoio a medidas regulatórias que não são unanimidade, [como a venda direta de etanol das usinas para os postos](#) –projeto patrocinado por produtores do Nordeste, mas com oposição no centro-sul.

Em janeiro, levados pelo presidente da Embratur, Gilson Monteiro, representantes dos produtores nordestinos estiveram com Bolsonaro e saíram com a percepção de que a decisão por liberar a venda direta já foi tomada. Na quinta (13), o empresário Rubens Ometto, um dos maiores do setor e opositor da ideia, também esteve com Bolsonaro.

A proposta esbarra em questões tributárias, já que a venda direta eliminaria a parcela dos impostos cobrados na distribuição. Os efeitos, porém, são visto como limitados, já que beneficiaria apenas postos próximos a usinas.

Cobrança de impostos apenas nas refinarias, em reais por litro, em vez de percentuais sobre preço final, como é hoje. Mudança tem apoio do setor, mas enfrenta resistências de estados, e deve ficar para a reforma tributária Efeitos esperados: repasse mais rápido ao consumidor em períodos de preço baixo. Bolsonaro queria reduzir ICMS, mas estados são contra

Etanol

Venda direta das usinas para os postos. Medida enfrenta resistência de usinas do Sudeste e grandes distribuidoras, mas tem apoio no Nordeste e já foi aprovada em comissão na Câmara. **Efeitos esperados:** Bolsonaro fala em queda de até R\$ 0,20 por litro, mas medida só beneficia postos próximos a usinas

Gás de cozinha

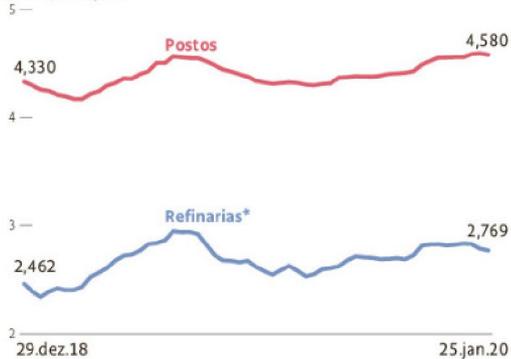
Presidente falou em ampliar o total de engarrafadoras, para evitar viagens dos botijões. ANP estudou enchimento parcial de botijões e liberação para encher vasilhames de outras marcas. **Efeitos esperados:** medida reduziria preço ao eliminar necessidade de viagem de botijões vazios para centros de destroca, mas setor defende que isso aumenta riscos

Na semana passada, o presidente disse que o mercado de gás de botijão também entrará no foco. Afirmou ter determinado estudos para permitir o aumento no número de engarrafadoras de botijões no país, para evitar as viagens dos vasilhames até as engarrafadoras. Bolsonaro não deixou claro se apoia a proposta de permitir o enchimento parcial ou o uso de botijões de outras marcas, medidas que têm oposição de grandes empresas.

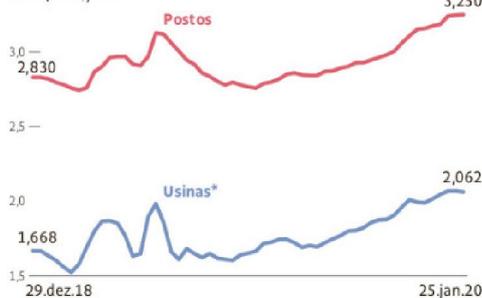
Combustíveis não recuam na mesma velocidade da queda nas refinarias

Evolução nos preços

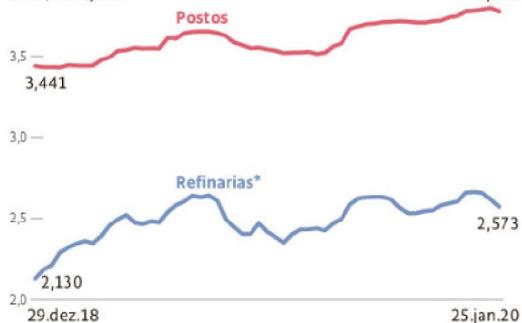
Gasolina, em R\$/litro



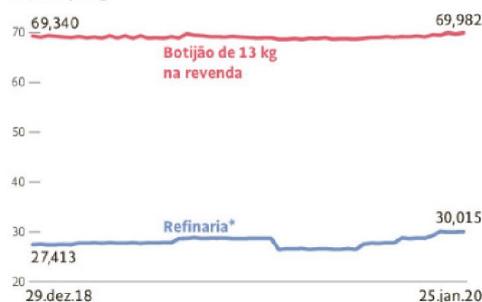
Etanol, em R\$/litro



Diesel, em R\$/litro



GLP, em R\$/13 kg



*Com Cide e PIS Cofins, sem ICMS **Sem impostos Fontes: ANP e Cepea/Esalq

Veículo: O Globo	Online
Data: 17/02/2020	Coluna: Economia

O GLOBO Isenção a igrejas é maior em estados e municípios

Prefeituras e governos estaduais são grandes patrocinadores de benefícios fiscais para templos religiosos. Concessões, previstas pela Constituição, refletem influência do segmento na política do país

CAPITAIS QUE ISENTAM IPTU PARA IMÓVEIS

Em 16 cidades os templos têm isenção



Se lideranças religiosas não conseguiram em janeiro um subsídio de energia elétrica para igrejas e templos com o governo Jair Bolsonaro, em municípios e estados a obtenção de benefícios tributários tem se dado em larga escala. Um trabalho de articulação política regional, capitaneado principalmente por lideranças evangélicas, é o responsável pelo seguinte retrato: na maioria das capitais os templos religiosos têm hoje permissão para não pagar IPTU tanto de imóveis próprios como alugados. Em âmbito estadual, a conquista da isenção de ICMS em contas de consumo (água, luz, gás e telefonia) já é realidade nos maiores estados do país.

Em janeiro, Bolsonaro decidiu não dar subsídio nas contas de luz de templos religiosos. Em dezembro, o presidente sancionou Lei que prorrogou até 2032 os incentivos fiscais vinculados ao ICMS para templos religiosos de qualquer culto e associações beneficentes, como as Santas Casas. Apesar do avanço registrado na última década, organizações religiosas reclamam de dificuldades na obtenção do que defendem ser um direito constitucional. A Constituição prevê imunidade tributária a vários segmentos econômicos e sociais, como templos religiosos de qualquer culto.

O texto, entretanto, é generalista, e isso já causou diversas interpretações sobre a abrangência do benefício. No caso do IPTU, em dez capitais as prefeituras não dão isenção do imposto se o imóvel do templo for alugado, apenas se for patrimônio da entidade. Porém, já formam maioria (16) aquelas que concedem a imunidade nos dois casos.

Esse movimento não é exclusividade dos municípios maiores. Na pequena Potim (SP), de 22 mil habitantes, vereadores aprovaram em dezembro passado o benefício para templos alugados. São diversas os casos desse tipo.

BENEFÍCIO AMPLIADO

Uma tentativa de resolver de vez o assunto está na Câmara. A PEC 200, de 2016, acrescenta ao texto da Constituição, de maneira explícita, os imóveis locados como uma das situações para a imunidade tributária. O texto já passou pelo Senado, mas espera votação dos deputados. O tema também já foi discutido no Supremo Tribunal Federal (STF), e o entendimento foi de que imóveis alugados têm direito à isenção.

No Rio, a Igreja Católica briga com a prefeitura para garantir um benefício ainda mais amplo. A instituição quer a isenção do IPTU sobre todo o terreno onde fica uma capela em Botafogo, na Zona Sul. O município não cobra o imposto apenas da parcela referente à área da capela. Em São Paulo, lideranças religiosas conseguiram aprovar, no fim do ano passado, a ampliação da isenção para esses casos. Desde 2001, a capital paulista não cobra IPTU de templos religiosos, sejam próprios ou alugados. Com a nova lei, a isenção será aplicada agora ao imóvel em sua totalidade e não apenas à metragem do local destinado ao culto religioso. — Queremos que se cumpra o que está na Constituição, mas é grande a proliferação de normas locais para restringir as hipóteses de imunidade a que os templos religiosos têm direito — diz Hugo Cysneiros, advogado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Os avanços nos legislativos municipais refletem o crescimento da influência do segmento religioso na política, especialmente o evangélico. As ações em câmaras municipais são, em geral, lideradas por vereadores ligados a igrejas. A eleição de 2018 levou a um aumento de 16% da bancada evangélica na Câmara e no Senado. Para as eleições municipais deste ano, a tendência é a mesma.

Nas assembleias legislativas estaduais não é diferente. Entre os dez maiores estados do país, seis não cobram de organizações religiosas o ICMS em contas de consumo: MG, RJ, RS, PR, SC e PA — os três primeiros estão na lista dos estados com maiores dificuldades financeiras atualmente. O governador do Rio, Wilson Witzel, sancionou este mês a lei que dá isenção nesses casos.

Diferentemente do IPTU, o benefício não é uma obrigação prevista na Constituição. A decisão de isentar o tributo que incide sobre contas de água, luz, gás e telefone é estritamente política. Cobram o imposto SP, BA, PE e CE.

Na cidade de São Paulo, o prefeito Bruno Covas regulamentou este ano as regras para acesso à isenção do IPTU com a promessa de tornar o processo menos burocrático.

DÍVIDA TRIBUTÁRIA

São cerca de 25 mil as entidades religiosas no país, segundo a Receita Federal. Um levantamento feito pela Agência Pública no ano passado mostrou que esse segmento deve à União cerca de R\$ 460 milhões em tributos.

Líder da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), Silas Câmara (Republicanos-AM) afirmou considerar que a imunidade tributária das igrejas é um ponto consagrado pela Constituição. Sobre a possibilidade de ampliação de benefícios por estados e municípios recentemente, ele adotou cautela e disse que pretende debater a questão no âmbito da proposta do governo de reforma tributária.

Professor livre docente do departamento tributário da PUC de São Paulo e advogado da Conselho Nacional dos Conselhos de Pastores do Brasil (Concepab), Ricardo Sayeg afirma que não se trata de ampliação de benefícios para templos, mas de uma “adequação à realidade”. Para o jurista, a Constituição garante imunidade para todas as atividades que estão relacionadas à liberdade de culto:

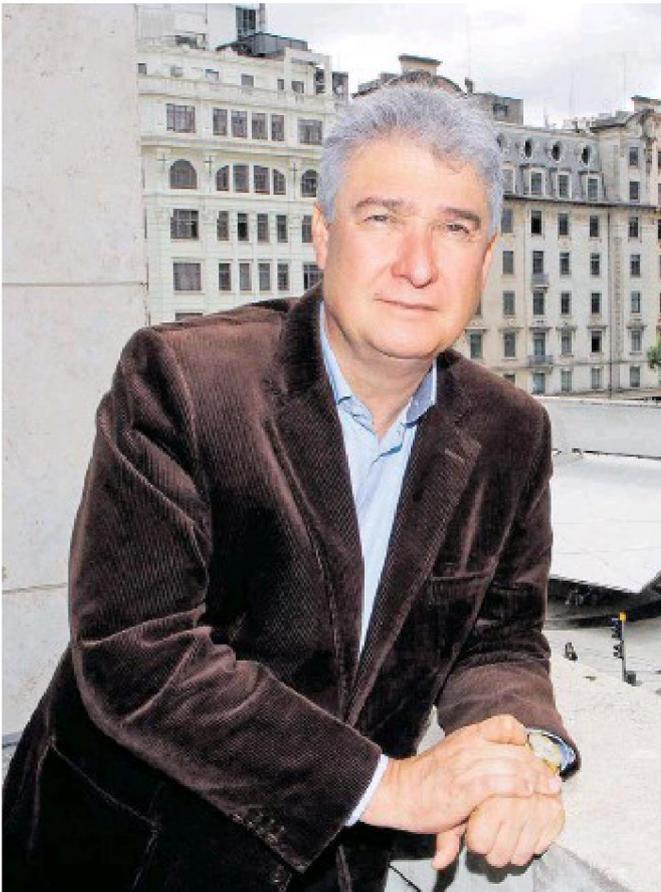
— É preciso analisar a situação na perspectiva do culto. Tudo aquilo que é necessário para o culto passa a ser compreendido no conceito de templo e passa a ter imunidade. Pelas lentes do culto, qual a diferença se ele ocorre em imóvel próprio, cedido ou alugado? A Constituição estabelece imunidade para templos de qualquer culto.

'O grande desafio para equilibrar contas é político'

Secretário de Covas conta recuperação das finanças em SP: parte mais difícil 'é do governante'

O Estado de S. Paulo · 17 fev. 2020 · C2 · SONIA RACY Blog: estadão.com.br/diretodafonte Facebook: facebook.com/SoniaRacyEstadao Instagram: [@colunadiretodafonte](https://instagram.com/@colunadiretodafonte)

Ao declarar que deixou a Prefeitura com R\$ 500 milhões em caixa, em 2016, Fernando Haddad estava lidando com números concretos. Também eram exatos os valores citados por João Doria, que ao suceder-lhe reclamou, publicamente, de um buraco de R\$ 7,5 bilhões. O petista se referia ao saldo da conta corrente em 31 de dezembro. O tucano olhava para o orçamento oficial desenhado por Haddad, aprovado pela Câmara e que lhe caberia cumprir durante seu primeiro ano à frente da prefeitura paulistana. Hoje, as contas da cidade estão melhores, permitindo investimentos de R\$ 7,3 bilhões, segundo contou à coluna, na semana passada, Mauro Ricardo Costa, secretário de Governo de Bruno Covas – com quem ele conversa quase diariamente para tratar do andar da carruagem das contas e para ouvi-lo quanto às prioridades e formas de atendê-las.



É curioso notar que quando ACM Neto foi à caça de um especialista para colocar ordem no caixa de Salvador, em 2013, achou Mauro Ricardo. No final de 2014, Beto Richa, governador do Paraná, buscou aumentar a capacidade de investimentos do estado e... chamou o mesmo Mauro de novo. E foi o dele, outra vez, o nome buscado em 2018 por Bruno Covas quando assumiu a cidade no lugar de Doria.

Filho de Niterói, de 58 anos, requisitado gerente de finanças públicas, ele gosta de encarar missões (quase) impossíveis. Mas faz questão de ressaltar: “Para dar certo, o governante tem de assumir o desgaste político de tomar medidas duras e de se empenhar junto ao Legislativo local. Sem isso, não há santo que faça milagre!”.

Costa é funcionário público do governo federal, no cargo efetivo de auditor fiscal da Receita Federal. Conhece bem o que uma boa gestão do erário pode fazer. Sua primeira experiência em São Paulo se deu em 2005, como secretário municipal de Finanças de José Serra. Baixou um rigoroso programa de ajuste fiscal, controle de despesas e ampliação de receitas – algo bem próximo do que está fazendo agora, na gestão Covas.

Com Serra governador, entre 2007 e 2010, ele esteve à frente da Secretaria da Fazenda. No final do mandato, o Estado bateu recorde de investimentos: R\$ 23 bilhões. O secretário contou com a ajuda de um programa que inventou, o Nota Fiscal Paulista, que devolvia 30% do ICMS a consumidores – uma forma de diminuir sonegação. A seguir, os melhores momentos da conversa.

- Covas pegou a prefeitura em 2017 em qual situação? Complicada, porque o orçamento feito ainda na gestão Haddad previa déficit de aproximadamente R\$ 7,5 bilhões em 2017 – entre a estimativa de despesa, subestimada em R\$ 2,5 bilhões, e a de receita, superestimada em cerca de R\$ 5 bilhões. Ou seja, se a prefeitura cumprisse integralmente o orçamento previsto...
- Como isso foi contornado? Com ações para reduzir significativamente as despesas, em especial os investimentos. Iniciativas tomadas na gestão Doria. Naquele ano, basicamente, a prefeitura funcionou com doações de empresas privadas. Somente no final de 2017 foi que se chegou a um equilíbrio, mas com um enorme sacrifício dos investimentos de que a cidade precisaria no ano seguinte. Cheguei no momento em que havia uma série de reformas a serem feitas para concluir o ajuste fiscal – das quais a mais importante era a reforma previdenciária. Ela foi aprovada. É preciso salientar a coragem do Bruno, que encaminhou o projeto à Câmara e articulou a aprovação em dezembro de 2018.
- Quanto tempo leva para que essa reforma traga equilíbrio? Nós conseguimos diminuir o déficit mas ainda não chegamos a zerar essa conta. Graças à reforma, porém, diminuimos em mais de R\$ 400 milhões um déficit de R\$ 5 bilhões. Ou seja, quase 10% já no primeiro ano. Agora, precisamos adaptar a reforma federal (da Previdência) no âmbito do município. Refiro-me à idade mínima de aposentadoria, que mudou, e à questão do tempo de contribuição – mudanças que no futuro terão de ser feitas também aqui em São Paulo.
- Se tudo isso for feito, quando acha que a previdência ficará equilibrada na cidade? Se todas as medidas previstas na Constituição (e essas que nós já fizemos) forem totalmente implementadas, será algo para daqui a 10 ou 15 anos.
- O que acontecerá com os Estados e municípios que nada fizerem a respeito? O déficit vai aumentar a cada ano, o que, logicamente, inviabilizará o pagamento, primeiramente, de fornecedores de bens e serviços; e, depois, o pagamento de pessoal. Já estamos vendo vários Estados em situação de não conseguir pagar o 13.^o salário. Trata-se de uma bola de neve, que vai se acumulando ao longo do tempo e que levará à insolvência alguns Estados e municípios.
- Como vê o fato de municípios e Estados estarem fora da Lei de Responsabilidade Fiscal? Hoje, o que falta no País é punição aos gestores.
- Há punição prevista em lei? Claro que há! Hoje temos dois projetos de lei que foram aprovados e dão solução a essa questão: primeiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal – lei complementar de 2000 que estabelece os instrumentos de controle e ação para poder corrigir eventuais desvios na questão

fiscal. Depois, a alteração feita no Código Penal, estabelecendo penalidades pelo descumprimento da lei. O problema é que os gestores nunca são punidos. Se fossem, não teriam se comportado como se comportaram no passado.

- E por que não são punidos? Porque há sempre alguma complacência por parte dos órgãos que deveriam acompanhar e enquadrar esses gestores que descumprem a LRF. Para se ter uma ideia, há gestores que, mesmo tendo ultrapassado os limites da responsabilidade fiscal, continuam dando reajustes salariais ao funcionalismo. Governantes e gestores não querem se desgastar politicamente adotando medidas previstas. Sabemos todos que o ajuste fiscal é doloroso, mas também é necessário.

E a quem cabe a tarefa de punir • os maus gestores?

Ao Ministério Público cabe propor as ações. E ao Judiciário, promover o julgamento e aplicar as penas correspondentes. Cabe aos tribunais de contas fazer o acompanhamento das contas dos Estados e municípios e promover as medidas corretivas contra gestores que descumprem a LRF. Por vezes, há conivência entre gestores e órgãos julgadores.

- Que outras ações estão sendo adotadas para manter São Paulo nos limites da lei?

Em 2019, nós complementamos as medidas de ajuste da questão previdenciária com um controle rígido das despesas de custeio administrativo, de modo a gerar recursos para investimentos. Reduzimos significativamente o subsídio do transporte, ampliando a receita e melhorando a gestão do sistema. O custeio dos serviços de saúde também entrou em pauta. Negociamos com as organizações sociais uma redução de valores pagos pela prefeitura, para termos o mesmo serviço, com a mesma qualidade, pagando menos. Além disso, implantamos o Programa de Desestatização e Privatização, idealizado ainda em 2017 e que já rendeu frutos.

- Quais frutos?

A concessão ao setor privado do Mercado de Santo Amaro, por exemplo. Também conseguimos desestatizar seis parques públicos, incluindo o Ibirapuera. E assinamos a concessão do Complexo do Pacaembu, do qual o estádio faz parte. Além disso, estamos em processo de licitação para concessão dos cemitérios municipais, dos terminais de ônibus e da Zona Azul. Essas ações trarão uma redução significativa de despesas.

- O que isso significa em números?

Graças a essas desestatizações, em 2019 ampliamos os investimentos em mais de 50% comparado com 2018. E em 2020 vamos colocar mais de 50% em relação ao que foi executado em 2019. A expectativa, este ano, é que a gente invista R\$ 7,3 bilhões – mais que o dobro do ano passado. Ou seja, a cidade passou de um déficit de R\$ 7,5 bilhões para uma realidade de investimento quase do mesmo tamanho.

- Você é um servidor público muito reconhecido pela gestão técnica. Qual o segredo para ter sucesso? Pela experiência que adquiri atuando nas finanças públicas, aprendi como fazer um diagnóstico rápido e identificar as ações para solucionar um eventual desequilíbrio nas contas. O grande desafio é político – o governante é que tem de assumir a responsabilidade pelas decisões.

‘O PROBLEMA É QUE MAUS GESTORES NUNCA SÃO PUNIDOS’

- O governador Romeu Zema, de Minas, é empresário. Você esperava resultados melhores de seu governo?

Ali é complicado, porque ele não tem apoio político. E esse apoio é fundamental.

- Com as dificuldades da base aliada de Bolsonaro para lidar com o Congresso, acha que ele deveria arrumar um Posto Ipiranga como intermediário nesse diálogo?

Ele precisa de um articulador político que tenha capacidade para a tarefa e respeitabilidade para negociar em nome do governo. Não precisa saber de tudo, mas tem de saber fazer.

- Como está a saúde do prefeito? Você tem se encontrado com ele?

Temos encontros permanentes, até pela função que eu ocupo. E posso dizer que o prefeito está muito bem, entusiasmado e confiante de que vai conseguir vencer o desafio da doença.

FOLHA DE S.PAULO

Atraso nas reformas, ciúmeiras e avanço militar desgastam Guedes

Superministro tenta preservar agenda econômica no meio de um realinhamento de forças no governo

Fábio Pupo e Gustavo Uribe

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, vive dias estressantes. Publicamente, teve de contornar a repercussão de duas falas desastradas — ter chamado o servidor público de parasita e associar a festa do dólar barato à ida de domésticas à Disney.

Nos bastidores, ainda precisa suportar mais um adiamento no envio da reforma administrativa para o Congresso e o avanço da influência dos militares nas decisões do Executivo.

Consolidou-se a percepção de que o próprio presidente Jair Bolsonaro e o núcleo militar não querem a reforma que mexe com os servidores. Cogitou-se, a contragosto de Guedes, que a proposta até fosse para a gaveta.

Após pressão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o governo voltou atrás. Mas o texto vem sendo revisto desde a sua entrega a Bolsonaro, em novembro, e o que se espera é uma versão final desistida.

O pano de fundo do vaivém é um realinhamento no jogo de forças do governo.

Em termos de estrutura de comando, Guedes é um superministro. A Economia, que reuniu praticamente cinco pastas de governos anteriores, ficou ainda maior neste mês com a in-



O ministro da Economia, Paulo Guedes, em Brasília. Pedro Ladeira - 19.nov.19/Folhapress

corporação da secretaria especial do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos, antes na Casa Civil).

A avaliação de assessores presidenciais é que, apesar de já ter tantas áreas, o ministro tenta elevar sua ascendência sobre outros ministérios para aumentar a rede de aliados e de se blindar de críticas.

Guedes tentou, por exemplo, emplacar Rogério Marinho na Casa Civil. Mas Bolsonaro preferiu o general Braga Netto, candidato defendido pelos generais Luiz

Eduardo Ramos, ministro da Secretaria de Governo, e Augusto Heleno, do Gabinete da Segurança Institucional. Marinho ficou, então, como o posto de ministro do Desenvolvimento Regional.

Essa escalção, no entanto, também não foi serena.

O ex-ocupante do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, que foi deslocado para a estatal Dataprev, era próximo do então ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e tinha uma boa relação com o titular da Secretaria-

Geral, Jorge Oliveira.

Na semana anterior à mudança ministerial, Guedes e Onyx tiveram outro desgaste, com a transferência do PPI da Casa Civil para a Economia. Na transição de governo, Guedes defendia a mudança, mas Bolsonaro resistiu por uma questão hierárquica, já que cabe à Casa Civil coordenar atividades interministeriais.

Em janeiro, no entanto, o presidente se irritou com os custos de viagens internacionais feitas por assessores do

programa e decidiu atender ao pleito da Economia.

Na época, auxiliares da Casa Civil acusaram Guedes de ter se aproveitado da crise para transferir a estrutura e se fortalecer com o presidente.

As críticas ao ministro da Economia são feitas ainda no Ministério do Meio Ambiente. A avaliação, também compartilhada pelo Planalto, é que Guedes errou ao ter querido ser o único protagonista da comitiva brasileira e não ter escalado o ministro Ricardo Salles para participar do Fórum Econômico Mundial, em Davos.

A presença de Salles poderia ter poupado Guedes de causar polêmica ao relacionar desmatamento e pobreza quando tentava sublinhar, de forma considerada desajeitada, que países ricos desmataram e poluíram mais do que os emergentes.

Mesmo sem Salles, a equipe econômica informou que o CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia), gerenciado pela Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), será transformado em um centro de negócios sustentáveis.

No Meio Ambiente, o diagnóstico é que o anúncio foi apressado, uma vez que a ideia é embrionária e que a meta de cumprimento em abril não deve ser atendida.

Continua na pág. A22

As secretarias do Min. da Economia

- Secretaria Especial de Fazenda
 - ↳ Tesouro Nacional
 - ↳ Orçamento Federal
 - ↳ Política Econômica
- Sec. Especial da Receita Federal (reforma tributária)
- Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (cuidou da reforma previdenciária)
- Secretaria Especial de Desestatização (privatizações)
- Secretaria Especial de Desburocratização (reforma administrativa)
- Secretaria Especial do PPI (concessões e parcerias público-privadas)
- Secretaria Especial de Produtividade (busca políticas para melhora da competitividade de empresas)
- Secretaria Especial de Comércio Exterior
- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Exemplos de colegiados e autarquias vinculadas

- Banco Central
- CVM (Comissão de Valores Mobiliários)
- CMN (Conselho Monetário Nacional)
- Carf (Conselho de Administração de Recursos Fiscais)

Exemplos de empresas vinculadas

- Banco do Brasil
- Caixa
- BNDES
- Banco da Amazônia
- Banco do Nordeste
- Serpro
- Casa da Moeda

Atraso nas reformas, ciúmeiras e avanço militar desgastam Guedes

Continuação da pág. A21

Em meio a todos os questionamentos, Bolsonaro revelou, em janeiro, movimentos para separar a pasta da Economia. Segundo ele, a maior pressão é pela volta do Planejamento e da Fazenda. “Se isso [a pressão] se tornar público, vão dizer que estou querendo enfraquecer o Guedes”, disse.

A ideia da separação é cogitada pelo núcleo militar do governo, mas ainda está em estudo. Pesa na avaliação o fato de a campanha de Bolsonaro ter defendido redução da quantidade de ministérios.

No Ministério da Economia, os integrantes defendem a estrutura atual. Em 2019, afirmam, as equipes ainda estavam sendo formadas e se adaptando aos novos processos e funções. A visão é que a dinâmica tende a ficar mais fluida no segundo ano e conforme o tempo avança.

A principal vantagem do superministério, segundo seus membros, é a coerência nas decisões. Resultado do alinhamento, mencionado por Guedes a interlocutores, é o acordo entre Mercosul e União Europeia (que antes tinha oposição de certas pastas).

A Economia reúne os antigos ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Indústria, do Trabalho e da Previdência (que foi incorporada à Fazenda no governo Temer).

Com a divisão de poderes entre várias pastas, avaliam, os embates na Esplanada poderiam ser ainda maiores e não contribuir para o avanço da agenda das reformas.

Brigas em torno de medidas econômicas eram comuns, como aquelas entre Fazenda e Planejamento em decisões, por exemplo, do Conselho Monetário Nacional.

Também fonte de conflitos era o extinto Ministério da Indústria, que recebia demandas da iniciativa privada e travava embates com o titular da área econômica em torno de medidas para empresas.

Outro argumento da equipe econômica é que Guedes quer empreender uma profunda mudança no Estado, e, assim, o ministério deve ser do tamanho do desafio proposto.

No dia a dia, Guedes ainda é visto como alguém sobrecarregado. Auxiliares e parlamentares disputam a agenda dele, e quem consegue um horário brinca que tem que ocu-

“Se isso [a pressão para desmembrar o Ministério da Economia] se tornar público, vão dizer que eu estou querendo enfraquecer o [Paulo] Guedes”

Jair Bolsonaro presidente da República, em 24 de janeiro

pá-la, tal como movimentos sociais, e resistir a qualquer movimento de alteração.

Pessoas próximas dizem que o setor privado tem tido menos atenção do ministro do que no passado. Os antecessores, Henrique Meirelles e Eduardo Guardia, tinham uma gama maior de encontros.

Os compromissos de Guedes são vistos quase todos como internos. A secretaria especial de Produtividade ficou responsável pelo diálogo com a iniciativa privada. Nas tradicionais sextas-feiras do ministro no Rio de Janeiro é que empresas e associações têm mais chances de encontrá-lo.

Há relatos de que o tamanho do ministério gerou ruídos entre gabinetes. Paralelamente, Guedes precisa administrar o mencionado ego de parte da equipe, que tem disputas internas de poder.

As dificuldades na pasta chegaram a ser mencionadas por ele há cerca de dois meses, embora não tenha entrado em detalhes. “Fizemos uma junção de cinco ministérios, e não é nada trivial carregar isso. É muito difícil enquanto está tudo girando”, disse.

FOLHA DE S.PAULO

Bruno Dantas

Vamos abrir a caixa-preta da Receita para saber como é a arrecadação

Relator das contas do presidente da República diz que governo falhou no cumprimento das metas fiscais e quer rever acordos da Lava Jato

ENTREVISTA

Julio Wiziack, da Folha
Felipe Amorim, do UOL

BRASÍLIA Após diversos alertas, o relator das contas do presidente da República, o ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Bruno Dantas, afirma que o governo falhou no ajuste fiscal.

Ao programa de entrevistas da Folha e do UOL — em estúdio compartilhado em Brasília — Dantas disse que, há anos, o tribunal avisa o Planalto sobre os riscos de reprovação das contas. Isso porque, de acordo com ele, governos anteriores usaram o sigilo da Receita Federal para impedir que ela fosse auditada pelo tribunal.

Neste ano, o ministro pressionou e vai, pela primeira vez, "abrir a caixa-preta da Receita". Assim, fará uma auditoria para avaliar se a arrecadação (receitas) da União é a mesma informada pelo fisco.

Em outra frente, Dantas passou a integrar um grupo especial que, comandado pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli, deverá rever acordos de leniência fechados pelo Ministério Público Federal com as empreiteiras da Lava Jato.

*

Controle fiscal

O Orçamento para o primeiro ano do governo atual foi aprovado no último ano do governo de Michel Temer. Ali foi fixado um valor de déficit nominal.

Em 2019, percebemos que o governo [Bolsonaro] reduziu essa meta de R\$ 169 bilhões para R\$ 89 bilhões, mas ao custo de receitas extraordinárias, como o leilão da cessão onerosa, alguns leilões de aeroportos, rodovias, por aí vai.

Ou seja, são receitas que não se repetem. São bens públicos que não podem ser vendidos novamente. Então, a rigor, o governo falhou.

Subsídios

Um dos calcanhares de aquiles das finanças do Brasil são as renúncias fiscais. Temos algo como 7% do PIB em isenções feitas sem o menor critério ou observância às regras básicas de finanças públicas.

Não dá para dizer que a culpa é só do governo. Tem culpa

do Congresso também, que, muitas vezes, aprova as isenções sem prazo para acabar. Então, o que eu acho é que o Brasil precisa levar mais a sério essa coisa. Hoje, qualquer setor produtivo pode conseguir um quinhão do Orçamento, deixando de pagar tributos com as isenções.

Redução dos incentivos fiscais

O problema das renúncias é para ontem. O governo tem de apresentar um plano que não seja apenas factível. Falar de isenções no próximo governo [o ministro da Economia, Paulo Guedes, propõe um plano de redução a partir de 2026] não é enfrentar o problema. Espero que o ministro Paulo Guedes tenha essa sensibilidade.

Receita Federal

Analisar as contas do presidente da República é analisar receita e despesa. Nós examinamos a despesa. Agora a receita, que é auferida a partir da coleta de impostos, nunca conseguimos fiscalizar.

Qualquer instituição que se apresenta absolutamente fechada à fiscalização acaba sofrendo daquelas tendências para abusar. Não estou dizendo que isso acontece na Receita. Mas ela não pode ser uma caixa-preta. Há 20 anos, o TCU tenta auditá-la.

Não queremos saber quanto o contribuinte tal pagou de tributo, quanto ele tem de patrimônio, quanto recebeu. Queremos verificar os métodos que a Receita usa para fazer um lançamento fiscal

[uma multa, por exemplo]. Porque, se ninguém audita, como é que eu posso saber que os cancelamentos estão de acordo com a lei? Como saber se os créditos tributários estão corretos?

Pressão no governo

Cheguei a tratar desse assunto [auditoria da Receita Federal] como o próprio presidente, porque isso tinha impacto nas contas. O TCU deixou de atestar o Balanço-Geral da União em 2018, no julgamento que houve no ano passado, exatamente por causa da Receita.

Neste ano, estamos caminhando novamente para uma abstenção da opinião do tribunal sobre o balanço.

O presidente [Bolsonaro], que tem mostrado vontade de acertar, chamou o Paulo Guedes,

e uma solução foi dada. A Receita era uma caixa-preta.

Lava Jato

Identificamos superfaturamento de quase R\$ 10 bilhões [em contratos de empreiteiras investigadas pela Lava Jato]. Se somarmos todos os acordos de leniência que essas empresas fecharam [com o MPF], dá um valor inferior.

Então, está faltando zero nessa conta que o Ministério Público apresentou para o Brasil. E isso é agravado por uma coisa que ninguém está falando e com a qual estou muitíssimo preocupado. Todas as empresas do clube das empreiteiras corruptas da Lava Jato, com exceção da Camargo Corrêa, estão em recuperação judicial.

Isso significa que aquele crédito que União e Petrobras iriam receber pelo acordo de leniência viria um crédito quirográfico [na recuperação judicial]. Vai para o final da fila.

Depois de termos anunciado tantos bilhões recuperados aos cofres públicos, chegaremos a uma situação de que as empresas quebram, os donos continuam milionários e os cofres públicos não são ressarcidos?

Leniência

A Lei Anticorrupção diz que só a Controladoria-Geral da União [CGU] poderia assinar acordos de leniência. O Ministério Público largou na frente e assinou uma série de acordos.

Para mim, não são leniências, são acordos de não persecução. O que o Ministério

Público assume? Um compromisso de ele próprio não ajuizar uma ação de ressarcimento de danos.

O Ministério Público não pode assumir um acordo para dizer que CGU, AGU [Advocacia-Geral da União] ou TCU não vão entrar com ação.

O Ministério Público assinou acordos sem nenhum critério. Veja que nesses diálogos revelados pelo The Intercept há uma conversa dos procuradores [da Lava Jato] Carlos Fernando com Deltan Dallagnol discutindo o caso da Camargo Corrêa. Na conversa, Carlos Fernando responde a Deltan que pensava em pedir US\$ 1 bilhão. Seis meses depois, esse acordo de leniência com a Camargo Corrêa foi fechado por R\$ 700 milhões.

De onde saiu US\$ 1 bilhão, de onde saíram R\$ 700 milhões? E onde foi parar a diferença?

Recall dos acordos

Hoje, a CGU assumiu o controle da leniência. Temos um grupo de trabalho, que é ordenado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Dias Toffoli, do qual participam o procurador-geral da República, Augusto Aras, eu, pelo TCU, o ministro da AGU e o ministro da CGU.

Estamos tentando identificar um novo modelo. Possivelmente, todos os acordos de leniência serão revistos e terão um número [valor a ser pago] que não é aquele que o MPF assinou.

Novo petrolão

Temos uma auditoria em aberto sobre os empréstimos do BNDES para outros países. Os levantamentos preliminares são motivo de grande preocupação.

Houve uma certa farragem com dinheiro do BNDES. Não estou aqui a dizer que houve irregularidade na concessão de empréstimos, mas no recebimento dos avais das garantias [para esses empréstimos].

Isso já identificamos. Só não sabemos ainda se isso causou dano aos cofres públicos.

Governo Bolsonaro pode errar mais

Não há governo que goste de seu fiscal. Mas é óbvio que somos chamados, com muita frequência, a conter erros e desvios. Não caracterizaria isso como uma oposição ao governo.

O presidente não tem como ser especialista em tudo. Ele [Bolsonaro] tem necessidade de fazer as coisas de

uma forma diferente e, quando você quer fazer algo diferente, acaba correndo risco.

Além de andar na corda bamba e errar, isso se soma à qualidade dos auxiliares que cercam o presidente, que não tem como ser especialista em tudo. Então, se ele tem auxiliares dando boas ideias, acerta mais. Se tem auxiliares dando más ideias, acaba errando mais.

O pacote anticrime [apresentado pelo ministro Sergio Moro] foi uma péssima ideia. Ali havia um excluyente de licitude, que daria a permissão para policiais agirem com mais desenvoltura em situações de conflito. Havia uma série de [outras] regras que precisam ser debatidas no Congresso.

Ai o governo apelida esse conjunto de propostas de pacote anticrime. O próprio nome já traz embutido um juízo de valor. Se o pacote é anticrime, quem é contra o pacote é a favor do crime?

Se o Brasil permite que o dinheiro público seja gasto para uma campanha massiva de comunicação social para forçar os parlamentares a votar desse ou daquele jeito, isso pode ser tudo, menos uma campanha de democracia. Não é assim que se age no Estado de direito e foi por isso que o tribunal proibiu a campanha.

Caso Secom

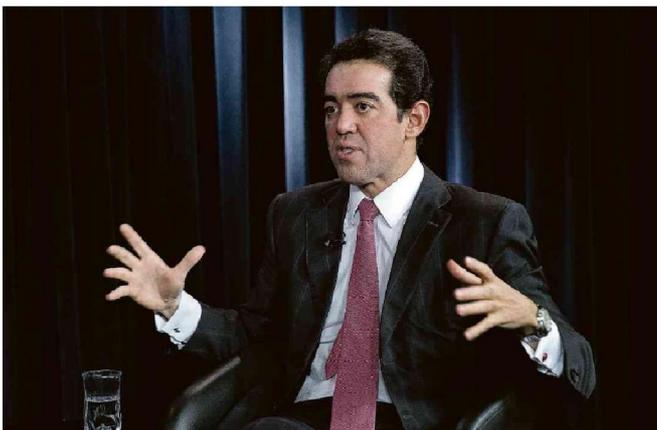
O tribunal tem recebido um volume grande de denúncias, reclamações e representações contra o gasto na comunicação social do governo.

Como vamos abordar essa questão? Não o há, pelo menos em uma óptica preliminar, um viés sancionatório.

Não se busca punir ninguém nas contas do presidente da República, mas verificar se os recursos estão sendo usados de maneira a respeitar os princípios da Constituição. Se há um respeito ao princípio da impessoalidade, da moralidade, legalidade e eficiência.

Será que estou gastando dinheiro naquele veículo que atinge um número maior de pessoas? Ou será que estou colocando dinheiro naquele veículo que atinge um nicho de pessoas que aquela campanha publicitária se destina?

[Sobre o secretário Fabio Wajnarten] Existe um processo no TCU. Não posso emitir um juízo porque eu serei obrigado a julgar esse caso que foi revelado pela imprensa [Folha] e criou um constrangimento no governo.



O ministro do TCU Bruno Dantas, relator das contas do presidente da República. Estúdio São Paulo

Bruno Dantas, 41

Formado em direito pela Universidade Católica de Brasília, com mestrado e doutorado na PUC-SP e pós-doutorado pela Uerj e pela Paris I Pantheon-Sorbonne. Ingressou em 2003 no serviço público federal. Foi conselheiro-geral do Senado (2007-2011) e integrante do Conselho Nacional de Justiça (2011-2013). É ministro do TCU desde 2014.

“

Qualquer instituição que se apresenta absolutamente fechada à fiscalização acaba sofrendo daquelas tendências para abusar. Não estou dizendo que isso acontece na Receita. Mas ela não pode ser uma caixa-preta. Há 20 anos, o TCU tenta auditá-la

Tribuna

Economia do Brasil perde força e cresce 0,89%

Camila Moreira, Reuters

A atividade econômica do Brasil terminou 2019 com expansão abaixo do esperado, de acordo com dados do Banco Central divulgados ontem com os números consolidando a percepção capturada por outros indicadores no sentido de perda de vigor da economia no fim do ano passado.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), aumentou 0,89% no ano passado, em números observados, após expansão de 1,34% em 2018.

O IBC-Br e o número oficial das Contas Nacionais possuem metodologias de cálculo diferentes. Mas, de toda forma, a leitura mais fraca do índice do BC em 2019 indica um ritmo de atividade mais lento que o esperado pelo mercado para o PIB, que, pela mais recente pesquisa Focus do BC, deve ter crescido 1,12%

no ano passado. Em dezembro, o IBC-Br apresentou recuo de 0,27% em relação ao mês anterior, em dado dessazonalizado, no segundo mês seguido de perdas e um pouco pior do que a expectativa em pesquisa da Reuters de contração de 0,23%.

Os dados do BC mostraram um cenário ainda mais sombrio para a economia no final do ano passado, já que houve revisão da taxa de novembro para uma queda de 0,11% sobre o mês anterior, depois de alta relatada anteriormente de 0,18%.

"O que vale destacar é a revisão de novembro. Apesar de termos um varejo recuperando o nível da atividade brasileira, a economia ainda apresenta uma certa fragilidade de recuperação", disse o economista da CM Capital Markets Alexandre Almeida.

Com isso, o IBC-Br terminou o quarto trimestre do ano com crescimento de 0,46% sobre o terceiro, em número dessazonalizado. A leitura mostra que a atividade chegou a se recuperar

das perdas de 0,43% nos três primeiros meses do ano, subindo 0,06% no segundo trimestre e 0,63% entre julho e setembro, mas voltou a perder força nos últimos três meses.

"De fato a desaceleração é preocupante. O fechamento de 2019 traz um pouco de cautela para 2020. Conforme essas leituras de atividade vão frustrando as expectativas, o que pode acontecer é que cada vez mais as projeções para 2020 sejam reajustadas para baixo", completou Almeida, cuja expectativa de crescimento de 2% do PIB para este ano está sob revisão.

CHOQUES EM 2019

O ano de 2019 começou com o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), o que afetou sobremaneira o setor extrativo. Foi marcado ainda por inflação e juros baixos e liberação de saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e recuperação ainda gradual do mercado de trabalho.

A economia começou a dar sinais de ânimo confor-



me alguns indicadores do segundo semestre começaram a superar as expectativas. Porém, dados do final do ano voltaram a levantar questões sobre o ritmo gradual da retomada, mostrando que a atividade permanece hesitante.

Os números oficiais do

PIB em 2019 serão divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 4 de março.

No ano passado, a produção industrial fechou com redução de 1,1%, interrompendo dois anos seguidos de ganhos. As vendas no varejo tiveram crescimento

pelo terceiro ano seguido, porém no ritmo mais fraco desse triênio.

Já o volume do setor de serviços brasileiro recuou em dezembro pelo segundo mês seguido, mas ainda assim encerrou o ano passado com crescimento pela primeira vez em cinco anos.

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Opinião
Data: 17/02/2020	Página: A2

FOLHA DE S.PAULO

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Risco para as contas

Embora desejável, execução obrigatória de gastos orçamentários deve ser precedida por reformas

O Orçamento público deve ser um instrumento primordial para a materialização da democracia, em que as demandas da sociedade emergem priorizadas na peça que orientará os gastos do governo. Assim, é normal e desejável que, uma vez aprovados pelo Congresso, os gastos tenham execução impositiva.

No Brasil, contudo, a lei orçamentária apenas autoriza parte das despesas. Excluídos os pagamentos obrigatórios, como salários, aposentadorias e outros, uma diminuta parcela restante, classificada como discricionária, tem seu manejo sob controle do Executivo.

A partir da democratização, o Palácio do Planalto se valeu de tal condição para negociar a liberação de verbas em troca de apoio político no Congresso. Esse regime fez degenerar a relação entre os Poderes, e os parlamentares não se vexaram em assumir uma posição subalterna no processo de alocação do dinheiro público.

No mais das vezes, o Legislativo assumia a prática de inflar estimativas de receitas para incluir emendas paroquiais no Orçamento em benefício de seus redutos eleitorais.

Dai haver méritos na iniciativa de ampliar o caráter impositivo do Orçamento, tornando obrigatória a partir do ano passado a execução de alguns tipos de emenda e reduzindo o espaço para barganhas.

Entretanto essa transformação tem se dado de forma açodada, sem

preocupação com a devida solidez do processo orçamentário. Com a porta aberta pela inapetência política do governo Jair Bolsonaro, o Congresso foi além neste ano, elevando as despesas na prática obrigatórias de 92% para 97% do total. Nesse cenário, dispêndios de R\$ 30 bilhões ficariam sob o controle do relator do Orçamento, retirando poder dos ministérios.

Esta última modificação foi vetada por Bolsonaro, e o governo negocia para evitar que o veto seja derrubado pelos parlamentares. Aumentar agora a rigidez da despesa pública, no contexto atual de penúria, é temerário.

Não adianta o Congresso reforçar suas prerrogativas se não puder exercê-las com qualidade. O objetivo deveria ser redesenhar o processo orçamentário, de modo a tornar o Legislativo corresponsável pelos resultados das contas do Tesouro Nacional.

No modelo atual, há grande incentivo a manobras pouco ortodoxas, como estimativas generosas de receita por parte dos parlamentares para viabilizar mais emendas —depois cabe apenas ao Executivo fazer as contas fecharem, com meios cada vez mais escassos.

O ajuste das finanças federais ainda está em curso, e a prioridade neste momento deveria ser a proposta que prevê medidas emergenciais para limitar os gastos da União ao teto inscrito na Constituição.

FOLHA DE S.PAULO

Juiz proíbe bloqueio no porto de Santos em dia de chegada de navio chinês que será inspecionado

Ivan Martínez-Vargas

SÃO PAULO A Justiça Federal determinou em decisão liminar (provisória) neste domingo (16) que o Sindicam (Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários Autônomos) não poderá impedir ou bloquear o acesso ao porto de Santos, o maior do país. A decisão estipula multa diária de R\$ 200 mil caso haja descumprimento da medida.

No sábado (15), circulou nas internet vídeo em que um líder da liderança do Sindicam, Alessandro Viviani, prometia bloquear o acesso ao porto por 24 horas nesta segunda (17).

A decisão, proferida pelo juiz Roberto da Silva Oliveira, proíbe o bloqueio de acessos terrestres e marítimos aos terminais, "incluindo as vias de circulação interna do por-

+ O QUE OS MOTORISTAS DE CAMINHÃO REIVINDICAM

- Piso mínimo da tabela de frete
- Retirada do ICMS dos combustíveis

to e perimetrais" até o dia 21.

O documento diz que uma paralisação do porto inviabilizaria ou atrapalharia operação da Codesp, agendada também para esta segunda, para evitar eventual proliferação do coronavírus "com possível contágio de tripulantes em navio que atracou em portos chineses".

Oliveira faz referência ao ataque do navio de bandeira chinesa Kota Pemimpin, que chegará ao porto nesta segunda. Segundo a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), não há motivo para preocupação nem tripulante com infecção por coronavírus confirmada nem casos suspeitos.

Ainda assim, a agência diz que "irá a bordo da embarcação e fará, em conjunto com a vigilância epidemiológica de Santos, a avaliação clínica de

todos os tripulantes".

A Rumo, uma das maiores operadoras logísticas de Santos, também conseguiu liminar que proíbe "quaisquer atos de turbacão [perturbação] ou esbulho [ururpação] sobre toda a área portuária" da empresa no porto.

No vídeo que convoca a paralisação, Viviani afirma que o movimento pede o piso mínimo da tabela de frete e a retirada do ICMS dos combustíveis e protesta contra o que chamou de "perda de [postos de] trabalho no porto" que seriam causadas, segundo ele, pelo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento da Codesp.

A Folha não havia conseguido contato com o Sindicam até a publicação deste texto.

Leia mais sobre o coronavírus em Saúde

Tribuna

Prévia do PIB indica crescimento

Marina Barbosa, Correio
Braziliense

Prévia do Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central (BC) indica que a economia brasileira cresceu 0,89% em 2019, resultado inferior ao de 2018 e também das projeções do PIB.

O número, divulgado ontem, mostra uma desaceleração da economia brasileira. Afinal, tanto em 2018 quanto em 2017, o IBC-BR cresceu acima de 1%. O crescimento de 0,89% também está aquém das expectativas do governo e do mercado para o PIB, que giram em torno de 1,12%.

O resultado oficial da economia brasileira no ano passado só será divulgado em março pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O instituto já afirmou, contudo, que os principais setores da economia brasileira — indústria, comércio e serviços — apresentaram resultados pequenos em 2019.

DESEMPENHO MENSAL

Segundo os dados do IBC-BR, a recuperação da economia brasileira perdeu força ao longo do segundo semestre do ano passado. O mês de dezembro, por exemplo, apresentou um resultado 1,28% inferior ao mesmo mês de 2018.

A mágica da distribuição

Usinas não têm estrutura logística para chegar aos mais de 40 mil postos espalhados pelo país

Por David Zylbersztajn e Fernanda Delgado

17/02/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas



De tempos em tempos, fórmulas mágicas aparecem para resolver questões complexas. Surgem normalmente como resultado de um momento de crise, são alimentadas em um círculo pequeno, ganham repercussão por prometer uma solução rápida e, de repente, tornam-se verdade absoluta. Ou quase.

É mais ou menos este o roteiro que envolve a discussão pela venda direta de etanol da usina produtora ao posto. Uma aventura protagonizada pelos usineiros do Nordeste brasileiro, que, desde o fim da greve dos caminhoneiros em 2018, tratam a regulamentação da ANP nº 43/2009 como um dos grandes vilões do preço dos combustíveis, por prever a necessidade logística de uma distribuidora executar o processo necessário para a entrega do etanol.

PUBLICIDADE

Ads by Teads

RenovaBio, programa para descarbonizar a matriz energética, teria um forte abalo com a mudança da distribuição

Por esse ponto de vista, a retirada das distribuidoras do processo que leva o biocombustível até o posto seria suficiente para provocar uma queda automática de preço do etanol. Para isso, se abandonaria uma estrutura de abastecimento segura e consistente de distribuição, construída ao longo de anos de investimentos que garantem a entrega em todo território brasileiro. Um percurso que passou a ser chamado de “passeio do álcool” por quem mira as distribuidoras como os vilões dessa história.

A questão é que não existe o tal “passeio”. O que existe é um modelo que divide as tarefas entre produção, distribuição e revenda e que permite um abastecimento seguro, oferecendo ao consumidor final um produto entregue a custos competitivos. O modelo vigente consolidou uma estrutura que permite negociações de grandes volumes, otimização de fretes, arrecadação de impostos que inibem a sonegação, a inadimplência e a adulteração dos produtos e, principalmente, a presença do etanol hidratado em qualquer lugar do Brasil, graças a terminais de armazenamento em todas as regiões.

Tal capilaridade de operações logísticas é fundamental para unir os eixos de produção de combustíveis. Vale lembrar que grande parte das refinarias brasileiras está localizada próxima a terminais portuários, que recebem combustíveis fósseis importados. Já as usinas sucroalcooleiras dividem-se em dois blocos principais: 7% delas estão no Nordeste (majoritariamente Alagoas, Pernambuco e Paraíba), enquanto os outros 93% se espalham pelo chamado Centro-Sul (Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás).

Esta distribuição só reforça o fato de que estas usinas não têm estrutura logística para chegar aos mais de 40 mil postos espalhados pelo Brasil, algo que só se viabiliza pelos investimentos das distribuidoras. E, para abandonar este modelo, os produtores teriam que substituir a eficácia operacional e de baixo custo dos sistemas de dutos, ferrovias e bitrens que viabilizam a entrega. O custo de toda adaptação, incluindo impactos no frete e questões operacionais e administrativas poderia chegar a algo em torno de R\$ 870 milhões, segundo estudo de 2018 da consultora Leggio.

Além disso, há uma outra particularidade que envolve o etanol no Brasil: o biocombustível derivado da cana-de-açúcar, dá ao país um capital extremamente positivo de incentivo a uma matriz energética renovável, gera empregos, e ainda sequestra carbono da atmosfera. Para além disso, é a adição de 27,5% de etanol anidro que faz da gasolina brasileira menos agressiva ao meio-ambiente. E essa mistura só pode ser realizada nos tanques de armazenamento das distribuidoras.

Adicionalmente, as alterações na distribuição do etanol hidratado combustível podem atingir outros mercados com potenciais efeitos de alterações no equilíbrio entre as espécies de etanol e entre o etanol hidratado combustível e a gasolina.

Ao analisar a cadeia de distribuição do etanol em Brasília, por exemplo, se concluiria que, sem a presença do distribuidor, seria necessária uma operação de deslocamento 513 km mais longa para efetuar a adição do biocombustível, já que o etanol anidro teria de ser levado de uma usina no Centro-Oeste até o porto de Santos (563 km de distância) para a realização da mistura, além de percorrer outros 519 km para chegar à capital federal. No modelo atual, o etanol anidro sai da usina de Goiás, por exemplo) e percorre 50 km para chegar ao terminal, que também recebe a gasolina trazida do mesmo porto de Santos para a produção da mistura.

Exemplos como este mostram que a discussão da venda direta oculta uma questão absolutamente relevante de carência de investimentos em eficiência logística e infraestrutura no país, assim como de investimentos em modais mais eficientes e que tirem o peso das rodovias deste processo. Atualmente, o Brasil mantém uma cadeia de 8 mil km de dutos e 31 mil km de ferrovias destinadas ao transporte de combustíveis. Para efeito de comparação: os EUA, com território não muito maior que o brasileiro, aproveita uma malha de 335 mil km de dutos e 294 mil km de trilhos (apenas para combustíveis).

Neste momento a discussão que está posta parece mascarar uma mais importante: a necessidade de se de buscar mais desenvolvimento em infraestrutura, mais capacidade de economia de escala e um maior impulso às energias renováveis, como o RenovaBio, programa governamental para descarbonizar a matriz energética brasileira e que sofreria forte abalo com a eventual mudança de estrutura desta cadeia.

Desmontar toda uma indústria em nome de interesses da menor parte da cadeia produtiva do etanol pode fazer o Brasil voltar a um tempo recente, em que uma centena de usinas encerraram suas operações por uma decisão governamental - o congelamento do preço da gasolina, entre 2011 e 2014. Um período de incerteza e intervenção governamental, que afastou os investidores, e ao qual o país não pode se dar ao luxo de resgatar.

E por fim, mas não menos relevante, segundo estudo da FGV Energia (2019), a ANP menciona que não há impedimentos regulatórios para a liberação da venda direta de etanol, contudo alega ser necessário equacionar a questão tributária relacionada à cobrança de PIS/Cofins e ICMS. As incidências tributárias de ICMS e de PIS/Cofins não foram elaboradas com a venda direta em mente. Para evitar perdas de arrecadação e os indesejados efeitos da sonegação e da concorrência desleal, seriam necessárias alterações nas legislações federal e estaduais. Na legislação federal, trata-se de transferir o devido pelas distribuidoras às usinas, tendo-se em mente os efeitos na competitividade entre o etanol hidratado, anidro e seus efeitos no preço da gasolina. E na legislação estadual, os efeitos da venda direta podem aumentar a parcela a ser recolhida por um único elo da cadeia de comercialização, o que pode funcionar como incentivo ao contrabando e ao descaminho.

David Zylbersztajn é professor da PUC-RJ e foi o primeiro diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo

Fernanda Delgado é professora da FGV Energia

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Conheça a máquina Nº 1
SUMUP

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Tire seus objetivos do papel com consórcio. Contrate e ganhe pontos Niveló.
UP CONSÓRCIOS

LINK PATROCINADO

Fim do mau hálito. Conheça o substituto do fio dental!
DENTENOL

LINK PATROCINADO

Polo Lacoste na promoção de R\$ 328,90 por 169,90 reais.
LOJA ZAND



Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S. Paulo. É especializado em economia pelo Birkbeck College. Foi correspondente do Valor em Washington

Copom dá pesos iguais às metas de 2020 e 2021

Pausa anunciada no ciclo de corte de juros, porém, não tem relação com deslocamento de alvo da política monetária

17/02/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Vários analistas econômicos ficaram incomodados com o foco que o Banco Central passou a dar, de forma mais prematura do que de costume, para a meta de inflação do ano que vem, embora este ano mal tenha começado. Para alguns, seria apenas um expediente para não reduzir ainda mais os juros básicos agora, quando as projeções de inflação para 2020 indicam um bom espaço para a meta de taxa Selic cair abaixo dos atuais 4,25% ao ano.

A explicação mais provável: o Banco Central não abandonou a meta de 2020, mas também está de olho na meta de 2021. A política monetária, neste momento, foca com pesos iguais os dois anos. É como se o alvo imediato fosse a média entre a meta de inflação deste ano, de 4%, e a do próximo, de 3,75%. O que levou o Comitê de Política Monetária (Copom) a anunciar a interrupção do ciclo de distensão monetária, na verdade, parece ter sido um balanço de riscos assimétrico, que atribui um peso maior aos fatores potencialmente altista da inflação do que os potencialmente baixistas.

Política monetária foca agora média das metas dos dois anos

Ao longo dos meses, o Banco Central desloca gradualmente o alvo da política monetária de um ano para o outro. Isso é feito com trocas sutis de termos e na ordem das palavras dos documentos oficiais do Copom, quase imperceptíveis a olhos menos atentos. Primeiro, o BC avisa que o foco da política “inclui, em menor grau, o ano seguinte”. Depois, diz que inclui o ano seguinte “de forma crescente, mas em menor grau”. Mais adiante, diz apenas que “inclui de forma crescente” o ano seguinte. Por fim, tira o ano corrente do radar e diz que o foco é só o ano seguinte.

Na ata de sua reunião mais recente, divulgada na semana passada, o Copom queimou uma etapa nesse ritual de comunicação. Disse que estava focando “de forma crescente” em 2021, sem dizer “em menor grau”, como a esta altura do campeonato costumava fazer. A quebra do padrão levou analistas do mercado a acreditarem - com razão - que algo mudou na comunicação do BC e, portanto, na execução da política monetária. Uma interpretação muito comum, que não está correta, é que o Banco Central jogou a toalha sobre a meta de inflação deste ano, de forma prematura. A inflação está projetada em 3,5% para 2020, bem abaixo da meta, de 4%, o que significa que havia espaço para baixar a Selic ainda mais, sem colocar em perigo o cumprimento do alvo deste ano. Mas a margem para juros menores desaparece se o Copom tiver deslocado o seu foco para apenas 2021. As projeções oficiais indicam uma inflação entre 3,7% e 3,8% no próximo ano, ante uma meta de 3,75%. Essas projeções significam que, se os juros caírem, a inflação ficará acima do alvo.

O pano fundo das queixas é que, na visão de muitos analistas do setor privado, o Copom está sendo conservador demais na condução da política monetária. Depois de uma safra de indicadores mais forte de retomada da economia em fins de 2019, os dados mais recentes voltaram a decepcionar. A inflação corrente segue muito baixa, e os núcleos, que excluem ruídos de curto prazo e mostram a tendência dos índices de preços, são benignos. Há, ainda os primeiros sinais de queda das expectativas de inflação de 2021, que estariam a um passo de se desancorarem. Cerca de 20% dos analistas já preveem inflação abaixo de 3,75% no ano que vem; as projeções ficaram mais dispersas; e as estimativas atualizadas mais recentemente têm uma tendência de baixa.

A pausa anunciada pelo BC no ciclo de corte de juros, porém, não tem relação com o deslocamento de alvo da política monetária. A ata do Copom informa que o ano-calendário de 2021 tem peso crescente nas decisões de política monetária, mas não está dito que abandonou o ano de 2020 à própria sorte. O que mudou na comunicação do Copom foi deixar de dizer, como fizera em anos

anteriores, que o ano de 2021 tem peso crescente, “mas menor” no manejo da política monetária. Isso significa que o colegiado está atribuindo pesos iguais para as metas dos anos calendário de 2020 e de 2021.

Em termos práticos, como já dito, o Copom está mirando algo como a média das metas de inflação desses dois anos. Como a média das projeções de inflação está abaixo da média das metas de inflação, em tese há espaço para cortar mais ainda a taxa básica de juros.

Se, de fato, o Copom vai cortar, é outra história. O colegiado tem indicado que o balanço de riscos pende mais para o lado negativo, por isso hoje o Copom vê suas projeções de inflação no cenário básico com uma dose de cautela. Vistos juntos, a soma das projeções e o balanço de riscos levou o Copom, de forma consensual, a decidir por uma interrupção nos cortes de juros a partir de março e a comunicar que precisa de alguns meses para observar o cenário econômico. O que o colegiado vai fazer depois desse período é, hoje, incerto. Há um embate de visões de membros do Copom entre conservadores e moderados. Alguns receiam que a capacidade ociosa da economia poderá se esgotar mais rápido do que o previsto e outros enfatizam que os baixos núcleos de inflação mostram um bom espaço para a economia crescer sem causar pressão exagerada nos preços.

Por que o BC passou a dar peso a 2021 nas suas decisões mais cedo do que o costume? O Brasil está num processo de convergência para meta de inflação mais baixas, saindo de 4,5% em 2018 para provavelmente 3% até 2024. Isso provoca um problema prático na condução da política monetária. Se a inflação estiver muito baixa num ano, o BC deve procurar acelerá-la, cortando os juros. Mais adiante, deve subir os juros, para cumprir a meta mais baixa do ano subsequente. Essa era teoria seguida até agora no BC, que focava nos anos-calendário. A abordagem é boa para a credibilidade da política monetária, pois fica fácil o Copom comunicar seus objetivos. O inconveniente é a volatilidade na taxa de juros, ora baixando para depois subir.

A nova forma de atuar do Banco Central, focando em alguns momentos em um ponto intermediário das metas de dois anos-calendário, atenua a volatilidade dos juros. Mas pode levar a alguns mal entendidos, como mostra a forma como analistas receberam a comunicação recente do Copom.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente
E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Tire seus objetivos do papel com consórcio. Contrate e ganhe pontos Niveló.
UP CONSÓRCIOS

LINK PATROCINADO

Poliglota de 22 anos ensina inglês em 8 semanas e vira febre na internet
MÉTODO INGLÊS RÁPIDO

LINK PATROCINADO

Fim do mau hálito. Conheça o substituto do fio dental!
DENTENOL

LINK PATROCINADO

Se livre das dívidas caras por um valor muito mais barato!
CREDITAS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ronaldinho Gaúcho vira réu em ação que pede R\$ 300 milhões por pirâmide de criptomoedas

Desemprego de longo prazo caiu no 4º tri de 2019

O país tinha 4,56 milhões de pessoas em busca de emprego havia um ano ou mais no quatro trimestre de 2019, 8,6% abaixo de igual período de 2018

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

17/02/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O desemprego de longa duração, uma dos piores legados da crise no mercado de trabalho, começou a ceder no país. O país tinha 4,56 milhões de pessoas em busca de emprego havia um ano ou mais no quatro trimestre de 2019, um número elevado, mas 8,6% abaixo do registrado em igual período de 2018.

O desemprego de longa duração é definido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como pessoas que procuraram emprego continuamente por pelo menos um ano.

Dados divulgados na sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a melhora foi maior entre as pessoas que procuravam por uma vaga entre um e dois anos: esse contingente era de 1,65 milhão no quarto trimestre, 12% abaixo do mesmo período do ano anterior.

Entre pessoas que procuravam vaga havia dois anos ou mais, esse contingente somava 2,91 milhões de pessoas, baixa de 6,5% frente ao mesmo período de 2018. "Essa melhora tem a ver com a melhora da ocupação", disse Adriana Beringuy, técnica do IBGE.

Os números, porém, ainda são elevados, e mostram a demora na recuperação do mercado de trabalho. A recessão terminou no quarto trimestre de 2016, e o número de pessoas à procura de um emprego superava os 4,5 milhões no quarto trimestre do ano passado. Além do problema em si, trabalhadores que ficam tanto tempo afastados enfrentam mais dificuldades para voltar ao mercado de trabalho. Existe o risco de ficarem desatualizados, num cenário marcado por grandes mudanças tecnológicas.

No quarto trimestre de 2013, quando o mercado de trabalho ainda se mostrava aquecido, o total de pessoas que procuravam emprego havia mais de um ano era de 2,1 milhões. Os que procuravam há mais de dois anos eram 1,13 milhão. **(Colaborou Sergio Lamucci)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Chegou a SumUp Total
SUMUP

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Tire seus objetivos do papel com consórcio. Contrate e ganhe pontos Nivel.
UP CONSÓRCIOS

LINK PATROCINADO

Salvador O preço das cadeiras elevatórias pode te surpreender
ELEVADOR DE ESCADA | LINKS PATROCINADOS

Prazo sobe e Estados terão 10 anos para recuperar a capacidade de pagamento

Proposta é do relator da proposta na Câmara, o deputado Pedro Paulo

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

17/02/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Pedro Paulo vai se reunir nesta semana com integrantes da equipe econômica e com representantes dos Estados candidatos ao RRF para tentar fechar o texto da proposta — Foto: Agência Câmara

O prazo previsto no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para Estados em grave crise fiscal recuperarem sua capacidade de pagamento deverá aumentar dos atuais seis para dez anos. Essa é uma das alterações que o deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) pretende fazer no projeto que regula o Plano Mansueto, do qual é relator.

O Plano Mansueto permite que a União seja avalista de empréstimos tomados por Estados e municípios. O RRF, já aprovado, serve para atender unidades da Federação em crise fiscal e permite, entre outras coisas, suspender o pagamento de dívidas ao Tesouro e tomar empréstimos com garantia do Tesouro para finalidades específicas, como financiar programas de demissão voluntária ou antecipar receitas com privatizações. Nos dois casos, são exigidas medidas de ajuste fiscal como contrapartida.

Pedro Paulo dialoga com a equipe econômica para incluir em seu texto do Plano Mansueto aperfeiçoamentos no RRF. Além do prazo mais longo, estão em discussão mudanças para facilitar o ingresso de Estados no programa. Hoje, só o Rio de Janeiro faz parte dele. Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul são candidatos a entrar.

Uma ideia em análise é eliminar uma das três condições que caracterizam um quadro de grave crise fiscal que caracterizam o RRF: a da dívida. Ela precisa ser maior do que a Receita Corrente Líquida (RCL) anual. Os outros dois requisitos são: o somatório das suas despesas com pessoal, juros e amortizações ser igual ou maior que 70% da RCL e o valor total de obrigações ser superior às disponibilidades de caixa.

Ingressando no RRF, Estados poderiam ter acesso a financiamentos com aval do Tesouro Nacional. Hoje, eles não podem contratá-los por causa do desequilíbrio de suas contas. Só Estados com Capacidade de Pagamento (Capag) A e B contam com garantia da União. Os candidatos ao RRF têm Capag C.

Pedro Paulo pretende incluir também dispositivos que facilitarão às unidades da Federação classificadas como A e B contratarem empréstimos com aval do Tesouro, no sentido de beneficiar aqueles que mantiveram a disciplina fiscal. "Diferentemente do RRF, esses são recursos que vão para investimentos", ressaltou o deputado.

Se todas as propostas forem aprovadas, o volume de empréstimos com garantia da União deve subir este ano. Estados que ingressarem no RRF e os classificados como A e B poderão ter mais crédito.

Nos próximos dias, o Conselho Monetário Nacional (CMN) vai fixar os limites de contratação de crédito por Estados e municípios. Os governadores já foram avisados que serão os mesmos do ano passado: R\$ 13,5 bilhões para operações garantidas pela União e R\$ 11 bilhões para os sem garantia. E a liberação será parcelada.

Estados pressionam desde 2019 para elevar o limite para financiamentos sem garantia do Tesouro. Apesar de caros, esses empréstimos podem ser tomados mesmo por governos em situação financeira frágil. A principal linha é o Financiamento à Infraestrutura e Saneamento (Finisa), operada pela Caixa.

Os financiamentos com aval do Tesouro, por sua vez, ficaram na prateleira no ano passado. Como apenas 11 unidades da Federação têm Capag A ou B, a demanda foi menor do que o limite disponibilizado. Em 2019, "sobraram" R\$ 9 bilhões.

Pedro Paulo pretendia apresentar seu relatório antes do Carnaval. No entanto, os ajustes no RRF ainda demandam discussão, pois cada Estado tem uma situação peculiar. "Acho que vai atrasar."

A recente decisão do governo de Minas de conceder reajuste para servidores da área de segurança vai na direção oposta à pretendida pelos dois programas. Também o Rio tem falhado em implementar as medidas de ajuste prometidas.

O deputado vai reunir-se com integrantes da equipe econômica e representantes dos Estados candidatos ao RRF nesta semana para tentar fechar o texto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Chegou a SumUp Total
SUMUP

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!
SHOW DE ÓCULOS

Prisão em segunda instância e tributos

A PEC em questão, apesar de nascer em um contexto penal, acabará produzindo muitos outros efeitos, que merecem consideração na discussão legislativa

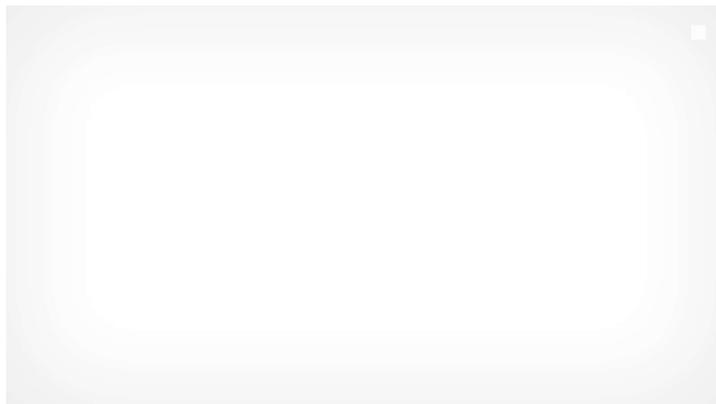
Por Felipe Jim Omori

17/02/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

O Supremo Tribunal Federal (STF) analisou a questão da prisão em segunda instância (ADCs 43, 44 e 54) e, por maioria, declarou ser constitucional o artigo 283 do Código de Processo Penal, segundo o qual a prisão apenas pode ocorrer após o trânsito em julgado da condenação (com exceção do flagrante delito).

Em reação a esta decisão surgiram algumas propostas legislativas visando alterar tanto a Constituição quanto a legislação ordinária, dentre as quais a PEC 199/2019, que pretende alterar os artigos 102 e 105 da Constituição, “transformando os recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça”.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A PEC em questão, apesar de nascer em um contexto penal, acabará produzindo muitos outros efeitos, que merecem consideração na discussão legislativa

Ela tem sua originalidade ao não buscar alterar o artigo 5º da Constituição Federal, que representa cláusula pétrea e é imutável mesmo por proposta de emenda, mas altera o momento em que ocorre o trânsito em julgado. Ela não modifica a condição para a prisão, mas sim o momento processual em que essa condição se implementa.

E o que a PEC tem a ver com tributos?

A discussão sobre a prisão em segunda instância parece distante do Direito Tributário realmente, mas a PEC 199 pode produzir efeitos para todas as esferas do Direito.

A própria justificativa da proposta deixa claro que a alteração tem como objetivo um efeito reformador tanto na esfera cível, quanto criminal, visando reduzir a carga de trabalho no STF e no STJ e possibilitar a execução definitiva das decisões após a segunda instância.

Atualmente, o STJ possui competência para julgar temas relativos à legislação federal infraconstitucional (tais como o Código de Processo Penal, o Código Tributário Nacional e as leis complementares que regulam o ICMS e o ISS), enquanto o STF analisa questões constitucionais.

Em um processo comum, após a análise por um juiz de primeiro grau, as partes podem apresentar recurso aos Tribunais de Justiça ou Tribunais Regionais Federais para que eles julguem o caso em segunda instância.

Depois desta etapa e atendidas certas condições, é possível apresentar recurso especial ou extraordinário (ou ambos), requerendo uma nova análise pelo STJ e/ou STF, os quais, porém, não analisam questões de prova ou questões de fato, mas apenas questões de direito.

Ainda não é possível saber quais seriam os requisitos da tal ação revisional, mas nos parece que seu cabimento sofreria mais restrições, seja porque ela visará a desconstituição de um trânsito em julgado (que hoje só ocorre em hipóteses muito específicas), seja porque, se não houver uma restrição maior, a justificativa de se retirar carga de trabalho dos tribunais superiores não seria verdadeira na prática.

Acontece que muitos temas tributários recebem um entendimento desfavorável aos contribuintes nos tribunais locais e, posteriormente, são reformados pelo STJ ou STF.

Temas bilionários como a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins e o do conceito de insumo para fins de creditamento de PIS e Cofins eram majoritariamente desfavoráveis aos contribuintes, até que o STF e o STJ, respectivamente, analisaram os temas de forma vinculativa, alterando o entendimento antes adotado pelos tribunais de segundo grau (no RE 574.706 e no RESP 1.221.170).

O STF e STJ sempre tiveram um relevante papel nas discussões tributárias, muitas vezes alterando e pacificando entendimentos conflitantes. A questão é saber se na nova ação revisional, os contribuintes terão a mesma oportunidade de levar tais discussões a eles, para que elas sejam analisadas de maneira uniforme, trazendo segurança jurídica aos contribuintes.

Também é preciso considerar os efeitos práticos que podem decorrer da PEC, já que muitos processos tributários acabariam em menos tempo, em favor ou contra os contribuintes.

Em discussões para recuperação de tributos federais, por exemplo, o uso de créditos tributários seria antecipado, pois após o trânsito em julgado, seria possível utilizá-los em compensações. No entanto, o reconhecimento do crédito também traria consigo a tributação sobre ele.

Em caso de uma ação revisional proposta pelo Fisco que seja provida, será preciso lidar com a tributação que já terá sido recolhida sobre o crédito e o fato de que todas as compensações que tiverem sido feitas com tal crédito poderão ser revertidas, fazendo surgir uma contingência decorrente dos tributos compensados, com acréscimos de juros Selic e multas de até 70%.

Em situações em que há depósito judicial para garantia de débitos, com a decisão desfavorável em segunda instância, tais valores seriam convertidos em renda do Ente Tributante, somente seriam recuperados (por meio de demorados precatórios) no caso de uma revisional ser provida.

Eventuais provisões para débitos tributários também poderão ser realizadas com o trânsito em julgado "antecipado", já impactando o resultado das empresas, mesmo que a ação revisional seja proposta.

A PEC em questão, como visto, apesar de nascer em um contexto penal, acabará produzindo muitos outros efeitos, que merecem consideração na discussão legislativa.

Espera-se que haja um amplo debate para se considerar todos os efeitos positivos e negativos desta proposta, inclusive considerando uma análise acerca da estrutura atual do Judiciário e os efeitos que podem decorrer de uma limitação de uma discussão mais aprofundada sobre temas tributários que hoje muitas vezes se dá nos tribunais superiores.

Felipe Jim Omori é advogado, especialista e mestre em Direito Tributário do KLA Advogados.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Reforma tributária da Câmara elevaria carga em 84% dos setores, afirma Cintra

Aumentos e reduções não seriam necessariamente aplicados direto para os consumidores, segundo ex-secretário da Receita

Por Raphael Di Cunto e Fabio Graner — De Brasília

17/02/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019, principal projeto de reforma tributária em discussão pelo Congresso, aumentaria o peso dos impostos sobre consumo de 106 dos 126 setores econômicos existentes (ou seja, 84%), segundo estudo do professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-secretário da Receita Federal Marcos Cintra, obtido com exclusividade pelo **Valor**.

Nos setores mais intensivos em mão de obra, o material mostra que o impacto será drástico, se não houver alguma medida de compensação. Por isso, Cintra defende a troca da contribuição patronal à Previdência por uma espécie de CPMF, ideia que foi um dos motivos de sua saída do cargo no Ministério da Economia, mas que ainda encontra, internamente, defesa em parte da equipe econômica e do próprio ministro Paulo Guedes.

No levantamento do ex-secretário, o impacto mais forte da PEC 45 - que tem o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como principal articulador - seria no setor de serviços de vigilância e segurança privada. Neste caso, a carga tributária sobre o consumo será mais de duas vezes e meia a atual. Haveria também altas substanciais em educação privada (125,5%), saúde privada (75,6%), transportes de passageiros (de 35% a 37%), petróleo e gás (81,7%), serviços jurídicos (85,2%), produtos agropecuários e alimentos.

Por outro lado, 20 setores, ligados principalmente à indústria, terão redução, como os automóveis (queda de 27,1%), eletrodomésticos (13,2%), equipamentos de informática (17,3%) e perfumaria (14%). A maior diminuição, de 38%, é para o setor de bebidas (que, contudo, deverá pagar um imposto adicional sobre "externalidade negativas", ainda indefinido).

Esses aumentos e reduções não seriam necessariamente aplicados direto para os consumidores, o que dependeria de cada setor, mas certamente influenciariam na formação dos preços. A conta também não engloba a carga tributária total de cada setor, apenas dos chamados impostos sobre consumo, que são o alvo da PEC 45 - ainda há contribuições previdenciárias sobre a folha de salários, IPTU, Imposto de Renda, entre outros.

Os impactos para cada segmento foram calculados por Cintra com base na Tabelas de Recursos e Usos (TRU) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostra as relações econômicas (compras e vendas de bens e serviços) entre eles, e consideram alíquota de 25% para o Imposto de Bens e Serviços (IBS), que unificaria PIS, Cofins, IPI (tributos federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Essa alíquota única foi estimada pelo economista Bernard Appy, autor da proposta que deu base à PEC 45, para manter o mesmo nível de arrecadação existente hoje. No governo, fala-se numa alíquota ainda maior, de 30%, enquanto recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) projeta taxa de 26,9%. Se isso ocorrer (o percentual só será definido em lei complementar), o impacto sobre cada setor seria ainda maior.

Para Cintra, essa divergência entre perdedores e ganhadores inviabilizará a aprovação da reforma, caso não haja compensação para as empresas em termos de redução da carga tributária. Os empresários do setor de serviços, principalmente, estão organizando protestos e campanhas publicitárias contra a PEC, mostrando os impactos nos preços.

"Não quero fazer terrorismo com esses números, quero salvar a PEC 45. E a solução para isso é diminuir a diferença entre os setores", disse Cintra. "Historicamente os setores de serviços e agropecuário foram menos tributados com os impostos sobre o consumo, mas compensou-se porque eles têm carga maior na folha de salários. Agora que está se corrigindo o desequilíbrio com o IBS, o modo de não elevar tanto a carga é desonerar a folha", propôs.

A tese dele é de que é possível diminuir as brigas entre os setores se um Imposto sobre Movimentações Financeiras (IMF) de 0,33% fosse cobrado no crédito e no débito (0,66% no total) de todas as transações e usado para acabar com os 20% pagos pelas empresas sobre a folha de salários como contribuições ao INSS. Isoladamente, essa troca reduziria a carga para todos os setores em relação à PEC 45.

Com isso, segundo os cálculos de Cintra, o aumento na carga tributária dos serviços de vigilância e segurança provocado pela PEC 45 cairia de 161% para 19%. A educação privada, por exemplo, iria de um acréscimo de 125,5% para um de 17,9%. Para a indústria, no geral, os impactos são menos intensos, mas haveria beneficiados importantes, como calçados e produtos de couro, que iria de alta de 0,4% para recuo de 17,4%.

Mesmo assim, alguns segmentos ainda teriam elevação significativa da carga. A produção de laranjas e a gestão de propriedade intelectual (como patentes) teriam alta de 47%. Com o IBS isoladamente, os aumentos seriam de 91,8% e 144,7%, respectivamente.

A ideia de Cintra é que o sistema seja neutro do ponto de vista de arrecadação, sem perda nem ganhos para os governos federal, estaduais e municipais. Os setores empresariais não teriam acréscimo tão grande na carga tributária, mas toda a população e empresas, por meio do IMF, pagaria o custo da Previdência. A proposta de uma nova CPMF, contudo, já foi rejeitada pelo presidente Jair Bolsonaro e por parte da classe política, como Rodrigo Maia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

O tradicional preto está em alta confira!
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Tire seus objetivos do papel com consórcio. Contrate e ganhe pontos Niveló.
UP CONSÓRCIOS

LINK PATROCINADO

Fim do mau hálito. Conheça o substituto do fio dental!
DENTENOL

LINK PATROCINADO

7 maneiras naturais de ficar livre da dor da artrite
HEARTY AGING

LINK PATROCINADO

Quais 7 bebidas limpam seus rins?
HEALTH & HUMAN RESEARCH

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Brasileiros pagam R\$ 29 bilhões em tarifas de conta corrente. Mas por quê?

VALOR INVESTE

Frase de Guedes sobre empregadas domésticas na Disney foi infeliz, diz Onyx

VALOR INVESTE

Heineken do Brasil convoca recall por risco de lasca de vidro em long neck

Mais do Valor Econômico